



**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, DA COMISSÃO DE SAÚDE E DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DEBATER A SITUAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM SANTA CATARINA, REALIZADA NO DIA 12 DE MARÇO DE 2025, ÀS 10H30MIN, NO AUDITÓRIO DEPUTADA ANTONIETA DE BARROS DO PALÁCIO BARRIGA-VERDE

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (José Motta Pires Filho) – Autoridades presentes, senhoras e senhores, bom dia. Sejam todos bem-vindos.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, damos início à audiência pública conjunta convocada pelas Comissões de Assuntos Municipais, de Segurança Pública, de Prevenção e Combate às Drogas e de Saúde da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, atendendo ao requerimento dos excelentíssimos senhores Deputados Estaduais Matheus Cadorin, Jessé Lopes, Jair Miotto e Neodi Saretta, que tem por objetivo discutir a condição da população em situação de rua no Estado de Santa Catarina.

O número de pessoas em situação de rua tem crescido significativamente nos Municípios catarinenses, evidenciando a necessidade de ações coordenadas entre o Poder Público, as entidades assistenciais e a sociedade civil. A falta de moradia, o desemprego, o uso abusivo de substâncias psicoativas, os desafios da assistência social e as dificuldades no acesso a políticas públicas são temas que exigem atenção e aprofundamento.

Portanto, esta audiência pública reúne autoridades, especialistas e representantes da sociedade civil para discutir as causas do problema e propor soluções efetivas.

Convidamos para compor o dispositivo de autoridades desta audiência pública o excelentíssimo senhor Deputado da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Matheus Cadorin; o excelentíssimo senhor Deputado da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Tiago Zilli; o excelentíssimo senhor Deputado da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Jair Miotto; o excelentíssimo senhor Deputado da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Jessé Lopes; o excelentíssimo senhor Secretário de Estado da Segurança Pública de Santa Catarina, Coronel Flávio Rogério Pereira Graff; o excelentíssimo senhor Secretário de Estado da Casa Civil de Santa Catarina, Clarikennedy Nunes; o excelentíssimo senhor Prefeito de Joinville e presidente da Associação Catarinense de Consórcios de Saúde de Santa Catarina, Adriano Bornschein Silva; e o senhor Procurador de Justiça do Estado de Santa Catarina, Daniel Paladino. *(Palmas.)*

Citamos e agradecemos a presença das seguintes autoridades e dos convidados que se apresentaram ao nosso Cerimonial: excelentíssimo senhor 1º Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Deputado Estadual Fernando Krelling; excelentíssimo senhor Deputado Estadual da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Antídio Lunelli; excelentíssimo senhor Deputado Estadual da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Alex Brasil; excelentíssimo senhor Deputado Estadual da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Ivan Naatz; excelentíssimo senhor Deputado Estadual da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Sargento Lima; excelentíssimo senhor Deputado Estadual da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Maurício Peixer; excelentíssimo senhor Vice-Prefeito de Itajaí, Rubens



Angioletti; excelentíssima senhora Prefeita de Balneário Camboriú, Juliana Pavan; senhor diretor da Associação Comercial de Florianópolis, Fábio Queiroz; senhor Coronel da Polícia Militar e Comandante do 1º CRPM Florianópolis, Dante da Costa Chierighini, neste ato representando o comando-geral da Polícia Militar de Santa Catarina; excelentíssimo senhor Deputado Estadual da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Marquito; senhora Defensora Pública da União, Viviane Medeiros de Nardi; senhora presidente da Federação Catarinense de Teatro, Elaine Sallas; senhor presidente do Sindalesec, Alexandre Melo; senhor Vereador de Ituporanga, Felipe Müller; senhor presidente do Instituto Aminc, de Florianópolis, Luiz Carlos Adalberto; senhor Secretário Municipal de Assistência Social, Mulher e Família de Balneário Camboriú, Omar Tomalih; senhor Vereador de Balneário Camboriú, Anderson Santos; senhora Comandante da Guarda Municipal de São José, Ane Warmling; senhor Secretário Municipal de Assistência Social de Imbituba, Gunnar Nascimento Chaves; senhor Secretário Adjunto de Estado da Justiça e Reintegração Social de Santa Catarina, Leandro Lisboa Ferreira de Melo; senhora Defensora Pública do Estado de Santa Catarina, Mariana Carvalho dos Santos Macedo; senhor Delegado de Polícia, Wanderley Redondo; senhor presidente da Associação de Moradores do Carianos (Amocar), Jairo Lima Machado Júnior; senhor Secretário Municipal de Assistência Social de Itapoá, Fábio Pietrângelo; senhor presidente da Associação Praça Olívio Amorim (Aproa), Márcio Luiz Heinzen; senhora ouvidora-geral externa da Defensoria Pública de Santa Catarina, Maria Aparecida Lucca Caovilla; senhor presidente do Conselho Estadual de Entorpecentes de Santa Catarina (Conen), Fernando Henrique da Silveira; senhor Vereador de Joinville, Wilian Tonezi; senhor Vereador de Joinville, Cleiton Profeta; senhor Vereador de Joinville, Instrutor Lucas; senhor Vice-Prefeito de Ponte Serrada, Chrystian Cagliari; senhora Secretária Adjunta Municipal de Assistência Social de São José, Rita de Cássia Faversoni Furtado; excelentíssima senhora Presidente da Câmara de Vereadores de Braço do Norte, Vereadora Pamelys de Barros; senhor Vereador de São Francisco do Sul, Rodrigo Graf; senhora Secretária Municipal de Assistência Social de Joaçaba, Sandra Regina Pacheco Pinheiro; senhor Secretário Executivo Municipal de Mobilidade de Florianópolis, Coronel Araújo Gomes; senhor Secretário Municipal de Assistência Social de Itajaí, Léo Severino; senhora vice-presidente do Colegiado Estadual da Assistência Social de Santa Catarina, Fabiana Cardozo; senhor presidente da Associação Acolher, do Município de Itapema, Sérgio César Soares; senhor presidente do Instituto Redenção, do Município de Balneário Camboriú, Alceu Daud de Mello; senhor Vereador de Joinville, Itamar José Petters Neto; senhor Vereador de Florianópolis, Leonel Camasão; senhora conselheira estadual de Assistência Social de Santa Catarina, Sueli Irene Zinco; senhor assessor de Relações Institucionais, Vinícius de Lucca Filho, neste ato representando o magnífico Reitor do IFSC, Maurício Gariba Júnior; senhor Vereador de Joinville, Adilson Luiz Girardi; senhor chefe de gabinete Murilo Silva, neste ato representando o gabinete parlamentar do excelentíssimo Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera; senhor Vereador de Joinville, Henrique Deckmann; excelentíssimo senhor Prefeito de Itapiranga e presidente da Associação dos Municípios do Extremo-Oeste Catarinense (Ameosc), Alexandre Gomes Ribas, neste ato representando o excelentíssimo senhor Prefeito de Florianópolis e presidente da Fecam, Topazio Silveira Neto; senhora coordenadora do Centro POP do Município de Florianópolis, Grasielle da Rocha Silva; senhor Secretário Municipal da Assistência Social de Palhoça, Luiz Carlos Duncke; senhor Vereador de Balneário Camboriú, Naifer Neri; senhor gerente de Articulação Institucional, Hélio Leite, neste ato representando o senhor presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) do Município de Florianópolis, Eduardo Koerich; senhor vice-presidente para Assuntos Públicos e Políticos da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina (FCDL), José Manoel Ramos; senhor gestor da Comunidade Bethânia do Município de São João Batista, Anderson Garcia; excelentíssima senhora coordenadora do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos e Terceiro Setor



do Ministério Público do Estado de Santa Catarina (CDH), Ana Luisa de Miranda Bender Schlichting; senhor coordenador do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), Daniel Paz dos Santos; senhor Vereador de Balneário Camboriú, Guilherme Cardoso; senhor presidente do Conselho Comunitário de Segurança (Conseg) do Bairro Ingleses, Alberto Barros; senhor diretor de Administração, Abelardo Rocha, neste ato representando o presidente do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (Iprev), Mauro Luiz de Oliveira; senhor Vereador de Joinville e Presidente da Comissão Especial das Pessoas em Situação de Rua, Ascendino Batista; senhor Secretário Municipal da Assistência Social de Balneário Barra do Sul, Josué de Souza; senhora Procuradora-Geral do Município de Joinville, Christiane Schramm Guisso; senhor Vereador de Joinville, Brandel Junior; senhor Secretário Municipal de Proteção Civil e Segurança Pública de Joinville, Paulo Rogério Rigo; senhora presidente do Instituto El Shaddai, Marlene Emerenciana Raupp Machado; senhora Secretária Municipal de Assistência Social de Biguaçu, Aline Coutinho Juanol; senhora diretora de Assistência Social, Gabriella Dornelles, neste ato representando a excelentíssima senhora Secretária de Estado da Assistência Social, Mulher e Família, Adelianna Dal Pont; senhor coordenador estadual da Pastoral Povo da Rua, José Eduardo de Oliveira; senhora Secretária Municipal de Assistência Social de Itapiranga e coordenadora do Colegiado Regional da Associação Municipal do Extremo-Oeste de Santa Catarina, Simone Felin; senhora Vereadora de Florianópolis, Carla Ayres; senhor procurador jurídico Damian Oliveira, neste ato representando o senhor presidente do Detran, General Ricardo Miranda Aversa; senhora Secretária Municipal de Segurança Pública de Florianópolis, Janaína Rosa Brostolin; senhor Vereador de Joinville, Érico Vinícius Pereira; senhor presidente da Federação das Comunidades Terapêuticas de Santa Catarina e ex-Deputado no período de 1986 a 1995 da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Vânio de Oliveira; senhor presidente da Amecon, Rodrigo Marques; senhor coordenador do Serviço de Abordagem Social do Município de Joinville, Rodrigo Pereira; senhor Vereador do Município de Palhoça, Alexandre Silveira de Souza; senhor presidente da Associação Ponto de Apoio Despertar, do Município de Imbituba, Luiz Nazareno Ribeiro; senhora assistente social Ivânia da Silva May, da Secretaria de Assistência Social da Amurel, do Município de Tubarão, neste ato representando o senhor diretor executivo Celso Heidemann; senhor presidente da Fundação Escola de Governo, Estevão Roberto Ribeiro; senhora conselheira de Segurança Alimentar Nutricional do Município de Florianópolis, Irene Kazue Shimomura; senhor Secretário Municipal de Assistência Social de Florianópolis, Bruno Souza; senhora assessora jurídica do Sesc de Santa Catarina, Júlia Tressold; senhora assessora jurídica do Senac Santa Catarina, Cláudia Marilene da Rosa; excelentíssimo senhor Presidente da Câmara de Vereadores de Joinville, Vereador Diego Machado; senhor diretor de Desenvolvimento e Assistência Social do Município de Camboriú, Anderson Sena; senhor Vereador de Joinville, Mateus Batista; e senhora membro da Comissão de Saúde da OAB, Ana de Aguiar Pereira. *[Transcrição: Reinaldo T. Ouriques / Leitura: Janis Joplin Zerwes Leal]*

Este Cerimonial convida o excelentíssimo senhor Deputado Estadual Matheus Cadorin, primeiro proponente desta audiência pública, para presidir os trabalhos.

Uma ótima audiência a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Matheus Cadorin) – Muito bom-dia a todos e a todas. Confesso que eu nunca tinha visto um bolo tão grande de cartão (*refere-se à quantidade de pessoas citadas*) para ser nominado aqui. Muito obrigado pelo prestígio dado por todos a esta audiência pública que tratará de um tema tão relevante e tão emergencial no nosso Estado, como todos nós sabemos.

Agradeço aos componentes aqui da mesa, especialmente aos meus Colegas Presidentes das Comissões, que junto conosco assumiram a proposição desta audiência pública, bem como os demais presentes.

(Passa a ler.)



“Daqui sairão dois documentos, um com mudanças legislativas estaduais a serem protocoladas na Alesc e outro documento que será entregue a nossa Bancada Federal e ao grupo de Prefeitos liderados pelo Prefeito de Joinville (Amunesc) e pelo Prefeito de Florianópolis (Fecam), que têm se reunido regularmente com o Governador para tratar deste tema.

O que esta audiência pública não é? Esta audiência não será palanque de promoção ou para ataques políticos. O objetivo das falas é demonstrar o que está dando certo, mas principalmente citar leis e processos que impeçam o avanço na solução definitiva com tratamento adequado e encaminhamento correto aos moradores de rua.

Seguindo sugestão protocolar do Cerimonial da Casa, os Prefeitos, os Vice-Prefeitos e o Ministério Público terão sete minutos de fala; componentes da mesa, TCE e Deputados até cinco minutos; e os demais inscritos três minutos, podendo haver reinscrição caso tenhamos tempo hábil ao final das falas. Usem sabiamente o seu tempo. Dividimos os grupos para inscrição em blocos de cinco participantes cada: forças de segurança e instituições jurídicas; representantes de órgãos municipais; representantes de órgãos estaduais; representantes dos moradores de rua, comunidade em geral; e instituições do terceiro setor.

As inscrições já estão abertas e podem ser feitas com o Cerimonial da Casa. Após a fala dos integrantes da mesa e dos Deputados, falarão os inscritos nos grupos por ordem de inscrição.

Tudo será registrado em ata e, posteriormente, as sugestões serão compiladas e enviadas para todos que se cadastraram, formando um observatório para acompanhar o andamento das sugestões aqui elencadas.

Segundo estudo do TCE, que certamente será aprofundado aqui pelos representantes do órgão, entre 2016 e 2023 o grupo populacional de pessoas em situação de rua em Santa Catarina teve um aumento substancial, passando de 1.774 pessoas para 8.824 pessoas. Esse registro certamente – e me corrijam se estiver errado – é subnotificado, uma vez que essa população, por vezes, tem característica nômade, o que dificulta o seu cadastramento.

É notória a ação das forças de segurança intervindo em casos de furtos, de brigas e de consumo e venda de drogas, assim como dos órgãos de saúde e assistência social fornecendo alimentação, higiene e oportunidade de empregos. Porém, nos casos de segurança, por exemplo, a impossibilidade de prisão preventiva, especialmente em casos reincidentes, restringe a coibição de práticas ilegais, assim como nos casos de saúde com as restrições para internações involuntárias como, por exemplo, a normativa da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental ADPF 976/2023, por meio da qual o Supremo Tribunal Federal determinou a proibição de remoções forçadas de pessoas em situação de rua, inclusive de seus bens e pertences pessoais, limitando a capacidade de dar tratamento a dependentes químicos ou a pessoas com problemas psiquiátricos.

Por outro lado, o próprio Ministério Público e as instituições jurídicas seguem o que determina a lei, sendo, então, imprescindível que tomemos uma atitude com relação à atuação da legislação para que possamos dar oportunidade para quem quer, tratamento para quem precisa e cadeia para quem merece. Permanecer morando na rua não é uma opção. Este é o foco desta audiência, ou agimos agora ou estaremos nos encaminhando para situações de ‘cracolândia’ como observadas nas grandes metrópoles. Tudo isso, inclusive, buscando principalmente a dignidade dessas pessoas ao dar o encaminhamento correto.

Já entrando na dinâmica da audiência, deixo aqui três sugestões colhidas em conversas prévias e que podem ser corroboradas ou discutidas pelas falas seguintes: responsabilizar penalmente as pessoas em situação de rua presas em flagrante reiteradamente por um crime menos grave, como ocorre nos casos de furtos, através de alteração nos artigos 313 e 366 do Código de Processo Penal, de modo a permitir a



decretação de prisão preventiva, mesmo nos crimes com pena máxima inferior a quatro anos, quando os processos forem suspensos, em razão da não localização dos denunciados, pois geralmente pessoas nessa situação não têm endereço fixo e não são encontradas para posterior citação, tendo os processos suspensos e os crimes denunciados acabam não sendo julgados.

Outra sugestão é a condicionalidade do recebimento do Bolsa Família por pessoas em situação de rua à adesão de programas de atendimento no Centro POP, ou no CAPS, ou no CRAS, ou no Crea na ausência daqueles equipamentos, ou seja, participar de atividades da saúde ou da assistência social dependendo da demanda do indivíduo para a manutenção do recebimento do benefício.

E, finalmente, uma sugestão deste Deputado é de que o ato de transportar moradores de rua, deslocando pessoas de uma cidade para outra com o único objetivo de largá-los em território alheio, seja considerado como prática similar ao tráfico humano, sendo os responsáveis sujeitos a penalidades semelhantes às previstas na Lei nº 13.344, de 2016, que dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas.”

Agradeço a todos pela presença e passamos imediatamente às falas para que possamos colher informações, sugestões e críticas de todos que se inscreveram e que estão aqui presentes.

Muito obrigado e bom trabalho a todos. *(Palmas.)*

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (José Motta Pires Filho) – Obrigado, Deputado Matheus Cadorin.

Convidamos para a sua manifestação o excelentíssimo senhor Deputado Estadual Tiago Zilli.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL TIAGO ZILLI – Muito bom-dia a todos, senhoras e senhores. É uma alegria muito grande estar aqui.

Se vocês nos permitem, para agilizar o tempo vamos cumprimentar todos que aqui participam – pois todos são importantes e foram citados – em nome do proponente, Deputado Matheus Cadorin, os Deputados, as lideranças e as demais pessoas que estão nos acompanhando.

Como Presidente da Comissão de Assuntos Municipais, decidimos que o Deputado Matheus Cadorin iria conduzir os trabalhos desta audiência pública, a quem parabenizamos pela visão do problema e por reunir todos os interessados neste problema que está [diante dos nossos] olhos e com o qual já estamos nos acostumando em função dos altos índices de pessoas [em situação] de rua.

Ontem à noite eu chegava em casa de um compromisso, por volta de uma hora da manhã, e na sinaleira fui abordado por um morador de rua [segurando] um cartaz, vindo para cima, e ficamos angustiados com aquilo. Mas o principal de tudo é não perdermos a capacidade de nos indignarmos com o que está acontecendo, pois é um ser humano que ali está, são pessoas vulneráveis, são pessoas que precisam...

Nós sabemos os problemas enfrentados, Matheus Cadorin, pelos Prefeitos quanto a essa questão, mas hoje a sociedade está aqui para discutir. E, repito, antecipo os parabéns pela sua proposição, de nos sentirmos responsáveis também com o que está acontecendo. Vossa excelência terá todo o nosso apoio.

Parabéns pela iniciativa e podem contar sempre com a Assembleia Legislativa.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (José Motta Pires Filho) – Obrigado, Deputado.

Convidamos para fazer uso da palavra o excelentíssimo senhor Deputado Estadual da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Jair Miotto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JAIR MIOTTO – Bom dia a todos. Bom dia, pessoal!

(A plenária, em uníssono, responde: “Bom dia.”)



É uma satisfação ver tantas autoridades e tantas pessoas preocupadas com este que é um dos maiores problemas hoje do nosso Estado.

O Deputado Matheus Cadorin, que foi o primeiro proponente – nós também propusemos na Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, assim como o Deputado Jessé Lopes na Comissão de Segurança Pública –, citou alguns números, mas eu tenho até um dado um pouco mais atualizado, Deputado. Já chegamos a 9.989 pessoas em Santa Catarina, mas claro que tudo subnotificado, porque é muito mais do que isso. De 2016, quando tínhamos 1.774 pessoas, para hoje houve um crescimento de 463%. E pasmem os senhores, segundo dados que conseguimos coletar, o maior motivo relatado por 72% das pessoas em situação de rua é o consumo regular de álcool; 58% mencionaram o uso de *crack* ou cocaína; e 41% apontaram dependência química como um dos fatores que as levaram às ruas. E este não é um problema só do nosso Estado ou do nosso País, mas de todo o nosso ocidente.

Eu estive em Los Angeles, na Califórnia, e lá está a maior cracolândia do mundo. É um absurdo o que se vê na Calçada da Fama. E nós não podemos nos omitir! Nós, como Assembleia Legislativa, estamos buscando essa participação e não [se trata de] protagonismo, porque não há protagonista nisso, mas, sim, uma união de forças. E quando vemos essas três Comissões juntas dá para perceber que nós precisamos – e vejo aqui também a representação do governo do Estado, o Secretário da Casa Civil, Deputado Kennedy Nunes – ter uma distinção dessa população de rua, saber quem realmente está em fragilidade social, quem precisa de amparo dos Municípios e do Estado para que se consiga emprego, colocação, enfim, oportunidades; quem está na dependência química, ex-Deputado Vânio de Oliveira, nosso presidente da Federação das Comunidades Terapêuticas do Estado, e precisa de tratamento; e, sim, Deputado Jessé, Deputado Sargento Lima, que muito bem pontuou na discussão que fizemos sobre esta audiência, quem realmente é reincidente no crime, quem se aproveita da situação para praticar a criminalidade.

Portanto, precisamos ter, quem sabe, um cadastro estadual, Deputado Kennedy, os Municípios interagindo para monitorar a movimentação dessas pessoas que saem de um Município e vão para outro. Assim nós poderemos trabalhar pontualmente de acordo com o diagnóstico de cada pessoa que está nesta situação e, a partir disso, propor alternativas. Claro, com mudança também na legislação federal, que muitas vezes dificulta – o Prefeito Adriano, em conversa que tivemos, tem mencionado muito isso, e o Deputado Sargento Lima também pontuou isso –, mas precisamos de ações, porque isso estoura lá na ponta, no Município. [*Transcrição: Júlia Amaral Da Rosa / Leitura: Vera Regina Zacca*]

Eu tenho certeza que aqui na Assembleia Legislativa, no que pudermos colaborar com alterações na legislação, tudo faremos, assim como o governo do Estado, que também é parceiro dessa demanda, dessa necessidade. Então é importantíssimo tudo o que trouxermos ao debate, mas já com sugestões e com encaminhamentos. Tenho certeza que teremos uma reunião, que já está sendo, muito produtiva, dada a presença de todos nós que estamos preocupados com esse grande problema no nosso Estado.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (José Motta Pires Filho) – Obrigado, Deputado.

Registramos e agradecemos a presença do excelentíssimo senhor Deputado Estadual da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Mário Motta.

Convido para fazer uso da palavra o excelentíssimo senhor Deputado Estadual da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Jessé Lopes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – Bom dia a todos.

Excelente pauta, Deputado Matheus Cadorin e todos os proponentes. Mais uma vez tratando desse assunto que virou uma epidemia aqui em Santa Catarina, na verdade uma pandemia.



Em Criciúma o ex-Prefeito implementou uma Casa de Passagem, para a qual são recolhidos, infelizmente de forma voluntária, os moradores de rua, e lá eles podem comer, dormir, podem ficar. A Prefeitura passa às oito horas da manhã, leva-os para trabalhar e traz de volta no final da tarde, onde eles irão comer, dormir, podendo ficar até que tenham algum encaminhamento. Sabem quantas pessoas ficam lá mais de dois dias? Nenhuma. Isso porque em sua grande maioria são usuários de drogas, e usuário de droga quer estar na rua usando droga. Então, se não houver encaminhamentos rigorosos para essas pessoas, continuaremos debatendo, debatendo, debatendo e sem achar a solução.

O encaminhamento para essas pessoas, se o problema for droga, é o tratamento compulsório, vão para tratamento na casa terapêutica. Se for um problema psicológico, devem fazer um tratamento psicológico. Não é nada disso, fugiu ou saiu, deve ser preso para fazer um tratamento no presídio, onde ficará sem usar droga. E falo isso baseado em lei.

Hoje temos uma lei vigorando, porque ela não foi revogada, que é a Lei 11.343, de 2006, que no seu artigo 33 diz: "Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar (...)." A reclusão é de cinco a quinze anos e o pagamento de multa é de R\$ 500,00 a R\$ 1.500,00 (*sic*).

Infelizmente a lei vigente não é colocada em prática. Ao contrário disso, em agosto de 2023 o Supremo Tribunal Federal decidiu proibir a remoção compulsória de pessoas em situação de rua. A decisão foi tomada, por maioria, com base em uma ação movida pelo PSOL, lógico, pela Rede Sustentabilidade e pelo MTST. A pessoa está na rua porque não quer sair de lá, ela foi para lá e sabe que está lá. É lógico que ela tem uma dependência, uma dificuldade, mas não vai ser perguntando se quer sair de lá que a pessoa vai sair. A remoção tem que ser compulsória. Então, aqui já mataram tudo o que poderíamos fazer para resolver o problema.

Outra determinação foi garantir a segurança das pessoas em situação de rua. Segurança? Eles são a insegurança! Eu quero é garantir a segurança das pessoas de bem, dos trabalhadores. Outro ponto: proibição de obras hostis contra a população de rua. Eles é que hostilizam as pessoas!

(Manifestações simultâneas ininteligíveis.)

E mais do que isso, para o pessoalinho que está aí reclamando, o governo de vocês cortou 80% dos contratos com as comunidades terapêuticas. Eu não vi um aí daquele lugar que cuida dessas pessoas, porque vocês não levam para casa. Eles levam para a comunidade terapêutica, que não consegue resolver o problema (*palmas*). E pior do que isso, vocês não levam para a casa de vocês, não reclamaram do governo de vocês e está lá o Ministério Público arrochando as comunidades terapêuticas. Teve uma até que fechou, porque estão exigindo todo tipo de conforto, e eles vão morar na rua, dormir em papelão e comer lixo, mas aí o Ministério Público não se importa (*palmas*), só que lá na comunidade terapêutica, onde estão dando dignidade, uma oportunidade na vida a essas pessoas, são tratados como bandidos pelo Judiciário e pelo Ministério Público.

Então, para resolver o problema: é prisão ou tratamento compulsório. Não tem outro jeito.

Obrigado, Presidente. (*Palmas e vaias da plenária.*)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (José Motta Pires Filho) – Obrigado, Deputado.

Convidamos para compor o dispositivo desta audiência pública o excelentíssimo senhor Secretário de Estado da Saúde de Santa Catarina, Diogo Demarchi Silva. (*Palmas.*)



Na sequência, convidamos para fazer uso da palavra o excelentíssimo senhor Secretário de Estado da Casa Civil, Clarikennedy Nunes.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO CLARIKENNEDY NUNES (SC) – Bom dia a todos.

Em nome do Deputado Matheus Cadorin, permitam-me estender meus cumprimentos aos sempre colegas Deputados; aos Presidentes das Comissões; aos outros Deputados presentes; aos Secretários; aos Prefeitos; e, em nome da Kika, Secretária da Assistência Social de Rio do Sul, que já foi Secretária de Estado, cumprimento todos os envolvidos.

Hoje o nosso papel aqui é ouvir, pois entendo ser este um problema de todos os Poderes. Como disse o Deputado Matheus Cadorin, mudanças na legislação estadual e, principalmente, na legislação federal são necessárias – e eu fiquei contente, Sargento Lima, por conta de que vai sair essa proposição para mudanças na legislação federal –, como também o envolvimento do Ministério Público, e faço aqui [referência] à presença do doutor Paladino, que tem se preocupado, junto com todos os outros órgãos, e que tem a equipe DOA, que é um projeto muito legal que acontece aqui em Florianópolis; bem como a participação do Tribunal de Justiça, porque eu sei que as coisas aparecem lá; e, também, a participação do Executivo. E a determinação do Governador é que estivéssemos aqui para ouvir, para ver o que vai sair daqui e como o governo poderá ajudar.

O Prefeito Adriano, junto com a Fecam, presidida pelo Prefeito Topazio, além da participação de Itajaí e de Blumenau, estiveram na reunião na qual o Governador se mostrou preocupado com o que podia ser feito e determinou que a Fecam realizasse um estudo, sobre o qual certamente depois o Prefeito vai falar, para que pudéssemos, primeiramente, trabalhar um cadastro único. E depois desse cadastro único nós verificarmos quais são os pontos que o governo do Estado e os outros Poderes podem fazer – o Governador falou aquele dia, não é, Prefeito?

Nós estamos tratando de um problema que não é só nosso. Ele é um problema que virou, como disse o Deputado Jessé, uma epidemia, mas não podemos nos furtar de buscar solução. E aqui nós não vamos ter, com certeza, o problema do Jardim do Éden, que como todos sabem da história, quando Deus perguntou para Adão o que tinha acontecido, ele culpou a Eva; ao perguntar a Eva, esta disse que a culpa não foi dela, mas da serpente. E a serpente pagou o pato. Todos nós aqui, governo e não governo, somos responsáveis por essa situação, sem colocar culpa em ninguém, todos nós precisamos fazer um acerto para ajudar nesse problema, que é muito grave. E nós, do governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com o Coronel Graff, que está capitaneando esse processo, do Secretário de Estado da Saúde, Diogo Demarchi Silva, e por meio de todos os outros órgãos, queremos auxiliar nesse processo para capitanear um grande trabalho.

Faço aqui a minha referência ao projeto DOA, que conheço bem, Deputado Mário Motta, aqui em Blumenau, que tem a participação de todos os órgãos para tentar resolver a questão, e eu tenho certeza de que vai dar frutos esta reunião.

Por isso nós queremos deixar a palavra do governo, dizendo que somos parceiros em todas as ações.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (José Motta Pires Filho) – Obrigado, Secretário Kennedy Nunes.

Na sequência, convidamos para a sua manifestação o excelentíssimo senhor Secretário de Estado da Segurança Pública de Santa Catarina, Coronel Flávio Rogério Pereira Graff.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO FLÁVIO ROGÉRIO PEREIRA GRAFF (SC) – Bom dia a todos.



Quero saudar os excelentíssimos Deputados Estaduais Matheus Cadorin, proponente desta audiência pública, e Fernando Krelling, 1º primeiro Vice-Presidente desta Casa, e em seus nomes saúdo todos os Deputados Estaduais aqui presentes.

Cumprimento também o excelentíssimo Prefeito de Joinville, Adriano Silva, e em seu nome saúdo todos os Prefeitos presentes neste auditório. Saúdo o Secretário Clarikennedy Nunes, nosso Secretário da Casa Civil, e o Secretário Diogo Demarchi Silva, da Secretaria de Estado da Saúde, e em seus nomes saúdo todos os colegas do Poder Executivo. Saúdo, por fim, as demais autoridades já citadas pelo Cerimonial.

(Passa a ler.)

“Senhoras e senhores, primeiramente registramos os nossos cumprimentos a este Parlamento, em especial às Comissões de Assuntos Municipais, de Prevenção e Combate às Drogas e de Segurança Pública, pela iniciativa de promover debate sobre o expressivo crescimento do número de pessoas em situação de rua em Santa Catarina, um tema tão atual, sensível e preocupante.

Ao refletirmos sobre o assunto, buscamos entendimento de que se trata de desafio social mundial, que atinge até mesmo cidades de países extremamente desenvolvidos, como a Suécia, a Alemanha e os Estados Unidos. Lá, um dos grandes fatores para o crescimento do número de moradores de rua direciona-se aos imigrantes. Esse problema, embora presente em diversas regiões do Brasil, tem se tornado cada vez mais visível no nosso Estado, afetando diretamente a dignidade humana, a segurança e a qualidade de vida de todos.

O enfrentamento dessa realidade, como já foi muito bem dito aqui, exige a tomada de decisão e de ação conjunta, eficaz e humanizada, envolvendo desde políticas públicas até a mobilização da sociedade civil.

O nosso Estado é caracterizado por uma economia forte, belas paisagens e um padrão de vida elevado, mas a pobreza extrema, a falta de moradia digna e a exclusão social ainda são uma triste realidade para muitas pessoas, em alguns casos por escolha própria, é certo. Efetivamente, é um contraste entre o que produzimos e os números que nos projetam como Estado mais seguro e um dos mais pujantes do Brasil. Entretanto, as mazelas atinentes à saúde, às drogas, ao álcool e à falta de perspectiva ainda estão presentes em vários dos nossos Municípios.

A questão da pessoa em situação de rua envolve uma série de aspectos, como emprego, falta de acesso à educação e à saúde, dependência química, problemas psicológicos e até mesmo a desestruturação familiar. Portanto, apresentar uma solução a esse problema requer um olhar abrangente e multidisciplinar.

Antes de qualquer ação direta, é salutar encontrarmos um sistema eficiente de dados sobre essa população, um censo real e fidedigno, que identifique as pessoas e as acompanhe nas mudanças de Municípios. Os números de hoje não são exatos, pelo contrário, e são conflitantes. A pessoa cadastrada em Florianópolis, por exemplo, ao se mudar para Balneário Camboriú, permanece identificada aqui e lá aparece nos números daquela cidade, Prefeita Juliana.

Temos a tecnologia em nosso favor e estamos, sob a determinação do Governador Jorginho Mello, trabalhando fortemente, em conjunto com a Fecam, para o acompanhamento social com aplicativos para mapear pessoas, locais de permanência e necessidades junto com os demais Poderes para, a partir daí, apresentar a esta Casa Legislativa, a fim de que haja um amplo e irrestrito debate com a sociedade.

[Transcrição: Cátia Schaffer / Leitura: Reinaldo T. Ouriques]

É necessário, então, monitorar os dados sobre a população em situação de rua. Sem dados atualizados, sem um sistema cadastral fidedigno em Santa Catarina, políticas públicas podem ser ineficientes. Os números simplesmente não nos permitem agir. Precisamos identificar o perfil da população, a fim de estabelecer as ações a serem implementadas, pois de nada adianta encaminharmos para casas de recuperação de dependentes químicos se o caso for de apoio psicológico, de revolta familiar ou de...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Matheus Cadorin) – Mais trinta segundos para a conclusão, Secretário.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO FLÁVIO ROGÉRIO PEREIRA GRAFF (SC)
– ...de oportunidade de trabalho ou até de opção de vida.

Então, acreditamos que as parcerias entre os órgãos públicos, a iniciativa privada, as organizações não governamentais e a sociedade são o nosso mais potente recurso para o compartilhamento de informações e para as ações conjuntas, visando resolver esse problema social que nos atinge com severidade. E, nisso, o governo do Estado, por meio da SSP, da Secretaria da Saúde, da Secretaria da Assistência Social, da Polícia Militar, da Polícia Civil, da Polícia Científica, do Ministério Público, dos Conselhos de Segurança...

(Discurso interrompido por término do horário estabelecido. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Matheus Cadorin) – Obrigado, Secretário.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (José Motta Pires Filho) – Obrigado, Secretário.

Agradecemos a presença das senhoras Vereadoras de Itapoá, Jéssica Lana Lemonie e Marta Ferreira da Luz, e dos senhores Vereadores de Itapoá, Diego Ângelo Antunes e Valdecir Antônio Luiz da Silva.

Na sequência, convidamos para fazer uso da palavra o excelentíssimo senhor Secretário de Estado da Saúde de Santa Catarina, Diogo Demarchi Silva.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DIOGO DEMARCHI SILVA (SC) – Bom dia a todos e a todas.

Cumprimento o Deputado Matheus Cadorin, proponente desta audiência pública; e em nome do Fernando, cumprimento todos que fazem parte desta Casa Legislativa, sintam-se todos abraçados. Cumprimento também o meu colega Kennedy; o Graff; o Ministério Público; os Prefeitos; as Prefeitas; os representantes de entidades; e todas as autoridades aqui já nominadas. Vou aproveitar ao máximo o tempo aqui, por isso estou dando uma acelerada, Deputado, na parte dos cumprimentos.

Primeiramente quero agradecer pelo fato de a Saúde estar aqui, porque em alguns casos – inclusive eu falava isso com o Governador Jorginho Mello, e ele me alertava – parece que a Saúde, muitas vezes, não tem a ver com o assunto, mas tem total relação, não é? Então, a primeira coisa é agradecer a Assembleia Legislativa por nos ter convidado e ter deixado claro que esse também é um assunto de saúde pública e, em muitos casos, é principalmente um assunto de saúde pública, por vezes muito mais do que de assistência social. É o maior exemplo de como o trabalho tem que ser multissetorial, independente da esfera de gestão, seja federal, estadual ou municipal, esse é o exemplo de como nós temos que estar atrelados, Legislativo, Executivo, Judiciário, Controle Externo, Ministério Público Federal e Estadual para encontrar uma solução. E nós temos que buscar a solução, com todo o respeito, de uma maneira objetiva e prática, olhando, claro, para a teoria e para a legislação, respeitando-as, mas sendo objetivos.

Muitas vezes existe um “oito ou oitenta” na discussão, e eu confesso que talvez não tenhamos um caminho que se consiga entregar com qualidade atendendo os dois lados – se é que temos lados, não é? Eu tenho certeza de que todo mundo aqui quer achar a solução. Vou dar um exemplo: Santa Catarina, com certeza já foi falado aqui, tem muitas comunidades terapêuticas, a Secretaria de Estado da Saúde, para quem não sabe, tem contrato com oitenta comunidades terapêuticas, um orçamento anual de quase R\$ 15 milhões para essas comunidades. Existe em nível nacional – aí entra a legislação federal para entender qual é a direção do Ministério da Saúde e do Ministério da Cidadania – um limbo, muitas vezes no entendimento, sobre se faz parte ou não. É uma discussão que, muitas vezes, não tem sentido nenhum: ah, mas a comunidade terapêutica não é uma unidade de saúde. Tá, mas ela acaba lidando com a saúde, sim.



Então nós temos 80 comunidades terapêuticas, temos 115 CAPS, tenho Serviço Residencial Terapêutico, tenho Unidade de Acolhimento, tenho Equipe de Consultório de Rua, tenho quase 2 mil Unidades Básicas de Saúde e tenho 846 leitos de saúde mental, Secretário Kennedy, mas sabe quantos estão habilitados pelo Ministério da Saúde? Setenta. Sabe quem paga isso? O governo do Estado. Por quê? Porque há um limitador de 20% do total de leitos em hospitais gerais que eu posso habilitar. Eu não quero voltar cinquenta anos atrás com hospitais psiquiátricos, não é isso, mas aqui em Santa Catarina temos hospitais de médio e de pequeno porte que querem ter leitos de saúde mental e, muitas vezes, eu encontro um limitador, e dentro do Programa de Valorização incentivamos um valor considerável para leitos de saúde mental.

Portanto, eu estou dialogando com o Ministério da Saúde para explicar isso. Não quero tornar um hospital em psiquiátrico, mas preciso entender que a realidade que se impõe é o hospital que tem a disponibilidade e que é muito mais salutar. Eu tenho que ter um projeto terapêutico singular com acompanhamento naquele leito que eu consigo monitorar, que eu tenho um contrato, do que ser judicializado, como eu sou toda sexta-feira com um oficial de justiça, para internar alguém via judicial, sem que eu saiba o que acontecerá com o paciente.

Precisamos ser mais objetivos, gente, esse é o maior apelo que eu faço. Todo mundo quer a mesma coisa, que é resolver um problema que é da nossa sociedade de uma maneira geral.

Além disso, quero chamar a atenção porque dentro da política de saúde temos que ter muito claro que esse é, sim, o papel da Saúde, porque o paciente em situação de rua, muitas vezes, começa com um problema químico, mas que se torna uma questão de saúde mental, pois vira crônico. Ele iniciou como usuário de drogas, mas se tornou um paciente crônico relacionado à saúde mental. Tudo isso tem sido devidamente debatido internamente.

O cadastro que o Governador Jorginho Mello determinou é fundamental para mapearmos também os serviços de saúde que estão atrelados. Cada Município tem suas estratégias, não é, Prefeito Adriano, a quem cumprimento, acabei esquecendo. Joinville tem uma estratégia, Florianópolis, Itajaí, Balneário também, e o objetivo é juntar as boas ideias para que possamos avançar de maneira objetiva e com qualidade.

O governo do Estado, como o Secretário Kennedy e o Graff já colocaram aqui, faz parte, sim, dessa missão. O Governador Jorginho sempre fala que se é um problema do Município, é um problema nosso, é um problema do governo do Estado também.

Então estamos juntos nessa batalha e queremos pautar esse tema de maneira mais objetiva, inclusive em nível federal, porque Santa Catarina pode mais. E, nesse tema específico, temos boas ideias e boas saídas para entregar mais saúde também para a população em situação de rua.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (José Motta Pires Filho) – Obrigado, Secretário.

Convidamos a fazer uso da palavra o senhor Procurador de Justiça do Estado de Santa Catarina, Daniel Paladino.

O SR. PROCURADOR DANIEL PALADINO – O meu bom-dia a todos, especialmente às augustas autoridades que compõem a mesa, em especial ao nobre Deputado Matheus Cadorin, que teve a brilhante iniciativa de convocar esta audiência pública para tratar de um assunto absolutamente premente para a nossa sociedade, e talvez hoje seja o nosso grande calcanhar de Aquiles, não só aqui na Capital e no Estado de Santa Catarina, mas em toda a Federação. Em seu nome, Deputado Matheus, estendo os meus cumprimentos a todas as autoridades que compõem a mesa e a todos os presentes.

Vejo esse assunto envolvendo pessoas em situação de rua com extrema preocupação devido a sua complexidade, todos sabem disso. É um problema, como já



bem falado pelos que me antecederam, que se espalhou mundo afora. Há três anos eu estive no Canadá, na cidade de Vancouver, muito conhecida pelos seus atrativos turísticos e pela sua qualidade de vida, mas fiquei absolutamente impactado, Deputado Matheus, com o número de pessoas em situação de rua. Em sua grande maioria, eram pessoas originárias de outras cidades do Canadá e até de outros países próximos.

Aqui em Florianópolis temos um fenômeno muito interessante. Já estamos acompanhando e monitorando essa situação por meio da Força-Tarefa DOA (Defesa, Orientação e Apoio a Pessoas em Situação de Rua), da qual eu tenho orgulho de ser um dos cofundadores e muitos outros cofundadores tenho a alegria de ver ombreando neste evento. Há mais de oito anos essa Força-Tarefa se dedica a trabalhar, a discutir e a promover ações transparentes e reais em prol da resolução dessa grande teia de problemas. Mas, para isso, tivemos que nos desarmar, e desarmar os outros agentes que também trabalham nessa causa, do verniz político, do verniz ideológico, do verniz do “coitadismo” e do assistencialismo. Nós temos que trabalhar isso de forma clara e transparente.

Hoje, no meu modo de ver, com a experiência que coleciono há mais de oito anos trabalhando não em gabinete, mas prioritariamente nas ruas, o grande motor, o grande pivô desse problema, dessa epidemia que enfrentamos, chama-se dependência química. E, para isso, precisamos atuar prioritariamente na área da saúde, por meio da Secretaria de Estado e das Secretarias Municipais, estando na linha de frente e em perfeito planejamento e integração com as demais Secretarias.

Nós fizemos um estudo, e eu tenho esses dados através do inquérito civil que instauramos na Promotoria, que mostra que 88% das pessoas em situação de rua na Capital não são do Município, são egressas de outros Municípios e até de fora do Estado, muitas delas com um forte arcabouço criminal. São pessoas que infelizmente estão na dependência química e resistem a acolher e a aderir qualquer serviço público sugerido, seja serviço de acolhimento, comunidade terapêutica ou de qualificação profissional.

A Força-Tarefa DOA já tem no seu currículo mais de duas mil operações de rua realizadas aqui na Capital do Estado e menos de 2% dessas pessoas abordadas aceitaram algum tipo de serviço oferecido. Portanto, a questão da dependência química deve ser tratada como prioridade.

Gostaria de deixar bem claro que o que me alenta são iniciativas como esta, Deputado Matheus, que de fato promovem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Matheus Cadorin) – Concedemos mais trinta segundos para concluir.

O SR. PROCURADOR DANIEL PALADINO – Obrigado.

E vejo aqui um despertar coletivo não só por parte do governo do Estado de Santa Catarina – que se apercebeu da gravidade e da complexidade do problema –, mas também dos Municípios, representados pelo Prefeito Adriano, da Fecam, que estão unidos e engajados para tentar encontrar alternativas, muitas das quais já foram aqui expostas, que tenho certeza que virão para somar e para contribuir com a solução desse problema.

A sociedade civil...

(Discurso interrompido por término do horário estabelecido. Palmas.)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (José Motta Pires Filho) – Agradecemos também a presença nesta audiência pública do senhor vice-presidente da Associação das Comunidades Terapêuticas de Santa Catarina, Francisco Marchetti; do senhor presidente da Associação Amigos da Saúde, Gasparino Martinho Rodrigues; e da senhora representante da Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas, Sahra Angela Torri. *[Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leal / Leitura: Fabiano Antonio de Souza]*

Na sequência, convidamos para fazer uso da palavra o excelentíssimo senhor Prefeito de Joinville, Adriano Bornschein Silva.



O SR. PREFEITO ADRIANO BORNSCHEIN SILVA (Joinville/SC) –

Cumprimento o Deputado Matheus Cadorin, proponente desta audiência, parabenizando-o por este momento tão importante e fundamental para nós, Prefeitos, assim como saúdo todas as autoridades presentes.

Falo aqui em nome dos Prefeitos, juntamente com o Prefeito Topazio. Sou presidente da Associação Catarinense dos Consórcios de Saúde e quando nós enfrentamos esse problema no nosso Município, em conversa com o Topazio ele aceitou imediatamente nós começarmos um trabalho junto com a Fecam. Então, os demais colegas Prefeitos que estão aqui, sintam-se ouvidos e fiquem atentos, porque é um momento de extrema importância o que estamos fazendo no Estado de Santa Catarina.

Como aqui já foi falado, esse é um tema complexo que envolve todos os Poderes, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Não tem como separarmos nenhum Poder deste trabalho que vem sendo executado. Sendo assim, em Joinville criamos um grupo estratégico no ano passado, no qual temos representantes do Judiciário, do Legislativo e do Executivo, e lá discutimos longamente a política sobre pessoas em situação de rua.

Posso afirmar a vocês, e falo olhando para os Secretários de Assistência Social, que em Santa Catarina, um Estado onde tem oportunidade de emprego, as nossas Secretarias de Assistência Social dão conta do recado e conseguem ajudar de imediato as pessoas que pedem e aceitam ajuda. Isso acontece na cidade de Joinville e nós conseguimos resolver. O problema começa a aumentar quando nós vamos para os outros dois níveis, um é o problema de saúde, como foi mencionado, pessoas que estão ali por questões de droga e álcool. Esse é um tema de saúde.

Quero agradecer o Governador Jorginho Mello por nos ter chamado, os Prefeitos, e colocado à disposição o governo do Estado para que juntos discutamos a política pública também em nível estadual, a fim de melhorarmos os serviços e irmos adiante com as soluções. O grave problema é quando vamos para o terceiro ponto, que é a questão criminal, quando pessoas que estão em situação de rua ficam promovendo crimes e furtos. Aqui nós temos esse grave problema, onde as leis federais são frouxas e onde a Justiça acaba ficando amarrada em cima dessas leis. E quem sofre com isso é a população ordeira, a população que está na cidade e que cumpre todos os dias todas as leis. É inadmissível que nós, Prefeitos, tenhamos que sofrer com leis frouxas quando cobramos de alguns cidadãos o Código de Postura.

No nosso Município as pessoas não podem montar uma barraca de venda em qualquer esquina, elas têm que ter autorização para fazer a montagem do seu negócio em cima de uma calçada. Por quê, então, permitir uma pessoa morar em cima dessa calçada, sendo que não há respeito ao Código de Postura daquele Município?

Temos também ações como o Bolsa-Família, que como o próprio nome já diz, de uma forma equivocada o cadastro permite que pessoas em situação de rua acessem esse valor, e sabemos que muitos utilizam desse valor para se manter nas drogas e no álcool, promovendo todo um mercado ilícito que acaba prejudicando todos.

Sendo assim, nós montamos também em Joinville um grupo tático que se chama Gaop (Grupo de Ação de Ordem Pública), já com mais de dez ações envolvendo todas as forças de segurança, as forças da saúde e as forças da assistência social, inclusive empresas privadas como Celesc, porque o foco não é a pessoa em situação de rua, mas, sim, o mercado que alimenta, muitas vezes, esse sistema quando estão na terceira categoria e que promovem crimes.

Então visitamos os repassadores e os que compram os materiais furtados; estamos fechando ambientes de tráfico de drogas; também visitamos espaços onde hoje há prostituição, isso para diminuir todo o ambiente e diminuir o ecossistema. Cidades que estão, nos dias atuais, extremamente organizadas, como a cidade de Joinville, onde temos uma estrutura montada – e isso é dito pelo Tribunal de Contas do Estado, que Joinville tem todo o sistema de assistência social funcionando, o que



manda e o que determina a lei. Se nós não estamos conseguindo sanar este problema é porque a discussão tem que vir para o Estado e tem que ir para a esfera federal. Acredito, sim, que iremos encontrar soluções, porque essas pessoas, a grande maioria, merecem o nosso respeito e precisam da nossa ajuda.

Quero também aqui agradecer o envolvimento, em nome de todos os Vereadores que são o grande para-choque da política e que muitas vezes acabam sofrendo as primeiras cobranças dos munícipes – temos aqui a presença de onze Vereadores representando a Câmara de Vereadores de Joinville – de cada um dos senhores que montaram uma comissão especial para discutir nesta audiência a política pública de forma propositiva, pois ela é muito complexa.

Eu, o Prefeito Topazio, a Juliana Pavan, que está aqui, o Egídio, o Robson, o João Rodrigues e os demais Prefeitos estaremos discutindo e levando a proposição para que a nossa bancada federal vá ao Congresso Nacional e faça as mudanças urgentes que nós precisamos nas leis e também nos programas do governo federal. É inadmissível que o governo federal venha reduzindo verbas para as comunidades terapêuticas, pois assim o custo fica para os Municípios e para o Estado. Está na hora de nós, como uma grande nação, unirmos esforços e ajudarmos verdadeiramente as pessoas que precisam de ajuda.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (José Motta Pires Filho) – Obrigado, Prefeito.

Registramos a presença da excelentíssima senhora Prefeita, em exercício, de Florianópolis, Maryanne Mattos.

Abriremos a seguir o bloco de falas dos inscritos, por até três minutos cada, com a manifestação do excelentíssimo senhor Deputado Estadual da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Marcos José de Abreu (Marquito).

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MARQUITO – Bom dia a todos e a todas, sejam bem-vindos a esta Casa.

Sem me prolongar aqui nos cumprimentos, eu ouvi atentamente as falas e acho que nesta mesa também caberia, Deputado Matheus Cadorin, a Secretaria de Assistência Social, porque é a Pasta dos equipamentos de assistência social (*palmas*) e a que debate habitação no nosso Estado, não é?

Eu ouvi atentamente os objetivos do proponente principal, que foi o Deputado Matheus Cadorin, inclusive aprovei em algumas Comissões nas quais estive e sugeri, não é, Deputado Zilli, que nesta mesa também houvesse falas especialmente da representação de entidades que atuam no tema da POP Rua há muitos anos, especialmente no tema do Casa Primeiro ou Housing First, que é esse debate sobre a moradia primeiro.

Quero dizer que tenho um compromisso enorme com essa pauta, o compromisso com a dignidade humana, o compromisso com uma visão sistêmica, que não pode ser descartada neste momento. Então eu quero fazer algumas sugestões, pois pelo que entendi o objetivo é sair daqui com um documento, uma proposição legislativa junto com as construções que a Fecam vem fazendo.

A minha primeira proposição é que haja um fortalecimento no Estado de Santa Catarina da RAPS, a Rede de Atenção Psicossocial, que é da Pasta da Saúde, que tem a responsabilidade dos equipamentos de prevenção para que não precisemos de uma política pública lá na ponta, quando o problema já está lá na ponta. Pelo contrário, precisamos de políticas fortalecidas de prevenção. Esse é o meu primeiro ponto.

O segundo ponto: é necessário que haja um fortalecimento dos equipamentos públicos de assistência social. O Suas precisa ser reforçado e precisa ser garantido lá na base, nos Municípios. Não adianta ter política de embate direto com a população de rua sem ter um CRAS fortalecido, sem ter uma política estrutural lá na ponta que dê condições para que esse problema não retorne.



O terceiro ponto, inclusive já tive conversas com o Promotor a respeito, é a necessidade de se estabelecer os Centros de Referência e Apoio à População Migrante. Não tem como um migrante, nas condições em que chega, não ter um ponto de referência para ser acolhido e ser destinado para as suas atividades. Nós temos exemplos muito bem-sucedidos no nosso Estado, especialmente na região oeste. Já na Grande Florianópolis nós não temos esse Centro de Referência e, como consequência, depois a pessoa é tratada lá na ponta de maneira generalizada como POP Rua.

O que eu quero tratar aqui é que essas pessoas que estão em situação de rua são pessoas que chegaram a ponto de não estabelecer redes de apoio. Uma pessoa que tem transtornos psicossociais e tem uma estrutura social estabelecida, um adicto, seja por álcool ou outras drogas, que tem uma estrutura familiar que dá suporte, é diferente de uma pessoa que está na rua sem nenhum suporte. Ninguém mora na rua, a pessoa está na rua, porque a rua não é uma moradia, não é uma residência, não é um local, a pessoa está naquela condição. Então, é necessário que essas ações sejam estabelecidas de forma sistêmica.

Queria colocar isso porque eu tenho um compromisso com o debate, eu não virei aqui fazer proselitismo, inflamar o público, fazer um Fla-Flu nesse momento que é tão trágico. E mais do que isso, porque eu conheço pessoas que lutam há décadas para não ficar em situação de rua, para conseguir pagar um aluguel, para conseguir ter uma condição mínima, para conseguir criar mecanismos para sair da adicção, porque se não é fácil para quem tem uma rede de apoio estruturada, imaginem para quem não tem e que o seu único local de referência é uma rua! É a ausência dos seus direitos e das suas garantias.

Eu queria colocar esses pontos e fortalecer ainda, Deputado Matheus Cadorin, que é fundamental entender que outras estruturas, como o acesso ao esporte, à cultura e ao lazer, o acesso a uma segurança alimentar e nutricional e o acesso a uma moradia, são instrumentos fundamentais para que nós não tenhamos esse problema.

Então, o que eu quero contribuir neste debate, com muita responsabilidade, é que nós precisamos de políticas estruturantes que já existem, para que nós não tenhamos que movimentar e mobilizar uma série de entidades, como as que estão aqui, para combater um problema. Eu sou da prevenção. Tem muita gente nas ruas – e quem aqui tem esse debate lá na ponta, sabe – com muitos potenciais...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Matheus Cadorin) – Mais trinta segundos para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MARQUITO – São vidas dignas que precisam ser valorizadas.

Sobre segurança pública, quero dizer que existem mecanismos, como combate ao narcotráfico, combate às organizações criminosas, e para tudo isso nós temos legislação. E ela não está somente na rua, a segurança pública está em toda a sociedade, tanto para aqueles que estão em situação de rua, como também para aqueles que estão com as suas redes de apoio todas suportadas.

Então, contem comigo para essa discussão e o Deputado Matheus Cadorin sabe disso. Eu tenho o compromisso e a responsabilidade neste momento com essa visão mais sistêmica.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Matheus Cadorin) – Obrigado, Deputado Marquito.

Só justificando o seu questionamento sobre a ausência da Secretária, ela foi convidada, mas está em algum compromisso representando o governo. A representante da Secretaria está aqui, mas pelo Cerimonial nós não colocamos na mesa representantes, Adjuntos, colocamos somente os presidentes ou os Secretários, especificamente, até porque não caberiam todos aqui, pois nós temos muitos Adjuntos aqui. Mas, obviamente, a Secretaria de Assistência Social foi convidada.



(O senhor Secretário de Estado da Saúde, Diogo Demarchi Silva, manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

Velório? Pior ainda.

Obrigado.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (José Motta Pires Filho) – Na sequência, convidamos a fazer uso da palavra o excelentíssimo senhor Deputado Estadual de Santa Catarina, Sargento Lima. [Transcrição: Rafael José de Souza / Leitura: Eduardo Delvalhas dos Santos / Leitura Final: Dulce M. da Costa Faria]

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Senhoras e senhores, eu vou pular a parte dos cumprimentos, porque eu acho que os cinco minutos não serão suficientes. E lembro que vou me manter na temática da minha Comissão, que é a Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, muito bem dirigida pelo eminente Deputado Jair Miotto.

Eu gostaria que ficasse consignado em ata que não houve justificativa aos únicos dois requerimentos que fiz pedindo a presença nesta audiência do Juiz da Vara de Execuções Penais do Estado de Santa Catarina e da Delegada-Chefe da Polícia Federal neste Estado. E por que isso? Primeiro, para poder falar, doutor Paladino, sobre um abismo que existe entre o número de prisões em flagrante no Estado de Santa Catarina, que é de 61 mil prisões, e o número de inclusos no sistema prisional, que chega a somente uma décima parte desse número de prisões, segundo a própria SAP. Ou seja, entre as prisões em flagrante feitas no Estado de Santa Catarina e os inclusos no sistema prisional, Prefeito Adriano, temos um abismo de 40 mil pessoas; foram presas em flagrante e não entraram no sistema. Isso é muito complexo para nós, afinal são prisões feitas em flagrante. E eu confio tanto na nossa Polícia Civil, quanto na nossa Polícia Militar, e agradeço o Coronel Graff por estarmos sempre debatendo sobre esse assunto.

Por isso considero fundamental a presença do Juiz para que nós pudéssemos entender a razão desses dados, porque não é questão de ausência de leis, pois as leis existem. A pessoa foi presa em flagrante no cometimento de furto, mas não entrou no sistema. Isso é uma geral. E o segundo ponto seria a própria Polícia Federal. Mas antes de falar sobre a Polícia Federal, eu gostaria de colocar para vocês alguns números interessantíssimos.

A nossa cidade de Florianópolis tem o PIB do Estado do Acre, e vejo aqui a nossa Prefeita em exercício; Prefeito Adriano Silva, a nossa Manchester Catarinense tem o Produto Interno Bruto dos Estados do Acre e de Roraima juntos, e nós não temos três Senadores e dezesseis Deputados Federais trabalhando por nós, votando e defendendo as nossas bandeiras lá em cima!

Diante de tantas entregas, somente no Estado de Santa Catarina, Deputado Fernando Krelling, contabilizando com números atrasados para que possamos colocar os demais Estados em pé de igualdade, o PIB é de R\$ 466 bilhões. Nós somamos dezoito Estados da Federação com o valor que arrecadamos e entregamos para Brasília. Mas nós não vemos nenhuma manifestação sobre aquilo que é a principal discussão desta audiência de hoje. Ora, nós estamos falando sobre tratar, sobre curar, sobre recuperar, e pelas nossas fronteiras entraram, somente no ano de 2024, pasmem, 33 toneladas de drogas, e essa é uma fração do que é utilizado nas ruas. É uma fração! São 33 toneladas de drogas entrando pelas nossas fronteiras. Isso passa a ser o famoso enxugar gelo, para falar em linguagem bem popular.

Se nós damos tanto – por isso falei dos números e da importância do Estado de Santa Catarina –, se nós entregamos tanto, era a minha pergunta e por isso que eu fiz questão e fiquei meio vendido hoje, quero que as nossas taquígrafas consignem em ata, registrem a ausência daqueles que, para mim, realmente interessavam estar aqui.

Podemos discutir mais 10 anos se continuarmos nesse ritmo, aumentando de 3 a 4 toneladas por ano, e somente do que é apreendido e não do que é consumido na rua, e se continuarmos prendendo 61 mil pessoas em flagrante e não conseguirmos



entender por que somente 10 mil dão entrada no sistema penal, ficando um abismo de 50 mil pessoas que foram presas praticando roubo, furto, tráfico e não entraram no sistema. Então, a questão não é simplesmente a ausência de leis, mas, sim, o cumprimento da lei. Isso, sim, precisa ser severamente discutido.

Então, eu fico muito contente em ver no dia de hoje esta Casa cheia, mas, por outro lado, fico muito triste por estarmos replicando uma situação que não é nova.

Quero aqui, perante todos vocês, advogar por cada Prefeito do Estado de Santa Catarina, porque se impõem limitações, meu amigo Bruno Souza, e acesso à assistência social, mas nós estamos criando no Brasil o ciclo completo do narcotráfico: fronteira aberta, venda liberada e dinheiro subsidiado pelo governo federal para comprar droga. É o ciclo completo, e a cadeia de portas abertas para quem quer sair e de portas fechadas para quem quer entrar. Por isso eu apresentei aqueles números anteriormente. Prefeito nenhum tem por gosto trabalhar com essa situação de rua, ele gostaria de estar colocando o dinheiro dele no saneamento básico, que é um problema de todo o Estado de Santa Catarina. Ele gostaria de estar colocando o dinheiro dele na educação, na saúde básica do seu Município sem precisar fazer aquilo que nós estamos fazendo pelo Estado, rodando o pires e pedindo dinheiro para o governo do Estado para pagar as contas que são dos Municípios.

Então, *data maxima venia*, Deputado Kennedy Nunes, esse não é um problema criado por nós. Nós não temos culpa disso, não. A culpa foi dos péssimos governos anteriores e do péssimo governo federal atual, e com a mais absoluta certeza vai...

(Discurso interrompido por término do horário estabelecido. Palmas.)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (José Motta Pires Filho) – Obrigado, Deputado Sargento Lima.

Com a palavra o excelentíssimo senhor 1º Vice-Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Deputado Estadual Fernando Krelling.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FERNANDO KRELLING – Bom dia, amigos e amigas.

Este é um tema de extrema importância e que tem incomodado muito todo o cidadão de bem. Vejo o Prefeito Adriano e a Prefeita Juliana Pavan sofrendo muito nos seus Municípios porque querem fazer, mas no dia seguinte em que se faz uma ação, tem mais pessoas em situação de rua do que no dia anterior. É extremamente difícil a posição de Prefeito, estar no Executivo em um momento como este. É uma pressão muito grande e, às vezes, a resposta que a população tanto espera não se torna possível devido à legislação existente.

Mas eu gostaria de falar que eu fico muito feliz que esta nossa audiência é multissetorial, pois nós temos que parar de falar de pessoas em situação de rua apenas como segurança pública. Isso precisa efetivamente ser tratado de uma maneira multissetorial, inclusive com a Secretaria da Saúde – Diogo, perfeita a tua colocação aqui –, bem como com a Secretaria da Assistência Social, que deveria ser apenas desenvolvimento social. Esta é a minha visão: nós temos que fazer esse *mix* e, aí sim, criarmos essas políticas públicas. Também não adianta só jogar a responsabilidade para a legislação. Não adianta chover no molhado aqui, cada um tem que assumir a sua responsabilidade. Ah, e se o cara estiver na rua e não tiver um mandado em aberto, não tiver passagem pela polícia, vai fazer o quê? Nós temos que ter a outra visão também, a visão daquele que pode ser punido, mas também daquele que está ali apenas por uma questão psicológica ou de drogadição.

No ano de 2013 nós tínhamos 21 mil pessoas no Brasil em situação de rua. Em 2023 tínhamos 267 mil e em 2024, um ano depois, temos 25% a mais. E a tendência é só crescer.

Por isso eu falo que eu consigo entender. E graças a Deus eu tenho uma posição política equilibrada, consigo entender o que o Marquito falou e consigo entender também o que o Jessé falou, e nós precisamos ter ações dos dois lados: as



ações sociais, como muito foi frisado pelo Marquito, mas também as ações mais fortes, enérgicas.

Nós chegamos ao limite, e o limite qual é? Nós temos um PL aqui, de 2013, apresentado aqui na Casa e que não passou nas Comissões, que institui a política e o sistema estadual de internação compulsória de dependentes químicos e dá outras providências. Este tema tem muita resistência, mas nós chegamos ao momento em que precisamos partir para isso. Por quê? Porque hoje tem pai e mãe que prendem o filho em casa porque ele sai na rua e só faz o que não deve; tem pai e mãe que deixam o filho trancado em casa porque senão ele rouba tudo da casa e leva adiante. Então, essas pessoas já estão presas, essas famílias estão presas. O que nós precisamos é organizar, de uma vez por todas, para que possamos dar condições efetivas a que essas políticas públicas possam alcançar essas pessoas, aqueles que querem ser atendidos.

Prefeito Adriano, eu fiz uma ação isolada, uma ação privada: fui sozinho para a rua numa sexta-feira à noite tentar fazer acolhimento. Do bolso, tudo do bolso. Fiz o acolhimento de duas pessoas que quiseram, mas eu falei com umas trinta. Hoje, como é que o Município vai chegar para uma pessoa em situação de rua e oferecer acolhimento? Se a pessoa não quer, você vai fazer o quê? Não tem o que fazer. O Município não tem o que fazer. Então nós precisamos avançar com as questões de internação compulsória.

Eu estudei muito sobre isso. Não estou chegando aqui e falando por impulso ou por ideologia. Chegamos ao limite, a drogatização chegou no limite. E nós só conseguiremos diminuir o número de pessoas em situação de rua se diminuirmos o número de pessoas utilizando a droga. A droga é dependência, a pessoa pega o dinheiro e depende daquilo.

Vou dar mais um exemplo para vocês, muito bem frisado pelo Prefeito Adriano. Nós temos no Brasil o Bolsa-Família, se ele for utilizado para compra de alimento para a sua família, o.k., mas o problema é que ele, vulgarmente, está sendo chamado – vulgarmente não, está sendo chamado – de “Bolsa-Crack”. Eu acabei levando uma pessoa para o acolhimento e quando saiu, no dia 5 de fevereiro, essa pessoa saiu da clínica para sacar o seu dinheiro, sabe o que aconteceu? Ele não voltou e não vai voltar, porque ele vai pegar os R\$ 1.500,00, R\$ 2 mil e vai gastar tudo na droga, e depois vai voltar para a rua e continua o mesmo processo.

Então, nós precisamos avançar quanto a isso, se não mudarmos isso, não adianta, daqui a dois anos, três anos ou cinco anos ainda estaremos aqui...

(Discurso interrompido por término do horário estabelecido. Palmas.)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (José Motta Pires Filho) – Na sequência, fará uso da palavra o excelentíssimo senhor Deputado Estadual de Santa Catarina, Maurício Peixer.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MAURÍCIO PEIXER – Bom dia a todos. Quero saudar os proponentes desta audiência pública, os Prefeitos aqui presentes, os Secretários de Estado, especialmente os Vereadores, que estão em grande número, e os Secretários Municipais, especialmente Secretários de Assistência Social; e todo o público presente.

Nós temos aqui um grande público presente e lá fora também, em nossas bases, temos pessoas conhecedoras dessa matéria. Já trabalharam muito e estão trabalhando em favor dela, mas, infelizmente, apesar de tudo o que está sendo realizado, políticas públicas, leis, o problema está crescendo, o problema está aumentando e muito, como disse o Deputado Fernando Krelling, num percentual de 25% no último ano, o que é um número grandioso. E por que isso acontece? Por um sistema cultural que está sendo degradado pela nossa sociedade, que é a falta de estruturação familiar, a falta de Deus. Sabemos que a Igreja é o equilíbrio da nossa sociedade, é aquela que dá todo um respaldo, não só espiritual, mas psicológico também, ela dá uma assistência.

(Manifestação fora do microfone inaudível.)



Você quer falar? Inscreva-se e venha aqui falar depois, porque agora eu tenho direito a minha palavra. *(Palmas.)*

São justamente esses pensamentos contrários ao espiritual, contrários a Deus, que levam a nossa sociedade a degradar-se.

Eu tive a experiência de ser Secretário Municipal de Assistência Social de Joinville e na minha época tinham 157 pessoas em situação de rua inscritas, todas elas acompanhadas. Aquelas que vinham de fora, nós acolhíamos, dávamos o atendimento e mandávamos de volta para a sua cidade. Era permitido, mas hoje não é mais permitido. Então as leis precisam ser mudadas também. Pode-se mudar qualquer tipo de lei, mas se não mudarmos a cultura, se não dermos o atendimento para essas pessoas e tratá-las como devem ser tratadas, nós não teremos êxito.

Um dia, em uma audiência pública em Joinville, perguntaram-me assim: Maurício, tu não gostas de pessoas em situação de rua? Por que tu estás falando isso? Eu respondi: eu gosto tanto e, por amor a elas, eu quero tirá-las das ruas. Eu, como cristão, não quero aceitar que ela esteja nessa situação subumana. Por isso nós temos que tirá-las das ruas e para isso nós temos que estar unidos. *[Transcrição: Fabiano Antonio de Souza / Leitura: Eduardo Delvalhas dos Santos]*

Como bem disse o Procurador Paladino aqui, chegou esse momento de união da nossa sociedade de uma forma geral, Poder Público, Poder Judiciário e a área da segurança pública, mas também os que estão lá e fazem com que essas pessoas permaneçam na rua. Dias atrás fizemos uma audiência pública, Prefeito Adriano, uma reunião pública lá no Fátima, oportunidade em que todos os comerciantes pediram para o Poder Público resolver a situação, mas o dono do lugar, do restaurante, dava 25 marmitas todos os dias lá na porta dele para poder atender as pessoas. Perguntaram para ele por que fazia aquilo, que respondeu: “Ah, eu gosto das pessoas e não posso vê-las passando necessidade.” Nós também não, mas não era para elas estarem ali comendo, era para estarem no Restaurante Popular que foi construído para isso.

Esses dias eu também levei o padre do Sagrado Coração de Jesus lá no Prefeito Adriano. O que ele relatou lá? Ele disse: olha, não dá nem mais para celebrar a missa, eles entram lá na igreja e desrespeitam, cuspiram na cara do padre e lá fora, na frente das crianças da catequese, eles urinam e não respeitam ninguém. Esses têm que ser tratados com a forma apropriada dentro da lei.

Então, se nós não evoluirmos na conscientização, não evoluirmos nas leis que realmente são necessárias, vamos enxugar gelo. E por gostar das pessoas, por querer uma sociedade melhor, não degradante como está, nós temos que atuar e não enxugar gelo. Por isso, esta audiência pública tem que ser aquilo que o Procurador falou: nós temos que unir toda a sociedade e a Fecam, Prefeito Adriano, junto com o governo do Estado, e isso o Secretário da Saúde falou muito bem, pois nós podemos avançar muito. Santa Catarina é exemplo para o Brasil e nós não podemos chegar na situação em que está São Paulo, quem conhece lá sabe o que eu estou falando, com uma cracolândia, não dando atenção e auxílio para quem utiliza drogas, o grande mal da nossa sociedade.

Então, temos que pedir a Deus pelo nosso Brasil, porque ele ainda tem jeito.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (José Motta Pires Filho) – Obrigado, Deputado.

Na sequência, convidamos a fazer a sua manifestação o senhor Deputado Estadual de Santa Catarina, Marcos da Rosa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MARCOS DA ROSA – Bom dia a todos, cumprimentando aqui o Secretário Kennedy, querido amigo, cumprimento todas as autoridades, todos os Deputados, os Vereadores, além de fazer um cumprimento especial aqui a todos os presidentes das comunidades terapêuticas de todo o Estado de Santa Catarina.



Nós não temos, e ninguém tem, uma receita mágica para resolver esse problema que está espalhado por todo o país. Algo muito importante é a prevenção e nós devemos tratar as drogas como uma das principais causas que levam as pessoas a uma situação de morador em situação de rua. Não dá para flertar com as drogas. Tem gente que diz que droga é coisa boa, que maconha, por exemplo, é coisa boa, que dá para brincar com essa coisa que é tão degradante e que infelizmente abre portas para outras drogas mais fortes, levando a essa situação, e que contribui de forma significativa para que as pessoas morem na rua, inclusive trazendo grandes prejuízos à sociedade.

Eu tenho aqui a Frente Parlamentar em Defesa das Comunidades Terapêuticas e gostaria de abordar esse assunto tão importante: comunidades terapêuticas. Meu querido amigo e Secretário Kennedy Nunes, eu gostaria que o senhor levasse ao nosso Governador o pedido para que seja ampliado o Programa Reviver, que auxilia as comunidades terapêuticas e é maravilhoso, pois elas precisam de mais aporte do governo do Estado para atender as suas necessidades. Chegam ao nosso gabinete dezenas de pedidos semanais de pessoas desesperadas pedindo uma vaga em uma comunidade terapêutica. Para vocês terem uma ideia, o meu chefe de gabinete é recuperado de uma comunidade terapêutica, está livre das drogas há mais de vinte anos. Tem gente que é contra as comunidades terapêuticas, eu não sei se vocês sabem.

A prevenção é importante, mas a recuperação dessas pessoas nessas comunidades também precisa ser considerada pelo Estado, precisa ser considerada pelos agentes públicos, precisa ser considerada pelas pessoas que trabalham na linha de frente, quer sejam assistentes sociais, enfim, independentemente do Município em que esteja, todos os agentes públicos precisam entender que as comunidades terapêuticas fazem um papel relevante na nossa sociedade.

Para vocês terem uma ideia, quando eu fui eleito Deputado Estadual eu procurei a Secretaria de Estado da Segurança Pública, porque descobri que existe o Fundo de Prevenção e Combate às Drogas e que está ligado à Secretaria. Ele existe, mas na verdade nem CNPJ tem, então não tem condições de receber aporte financeiro. Eu queria, como emenda do meu mandato, fazer aporte financeiro para que essas comunidades terapêuticas pudessem receber recursos desse fundo para realizar um curso profissionalizante para as pessoas que estão lá, a fim de que quando saíssem pudessem entrar no mercado de trabalho – esse recurso iria financiar um curso de cabeleireiro, um curso de padeiro, um curso de costureiro, enfim, mas para isso são necessários recursos. Mas eu não consegui fazer, porque o CNPJ ainda não existe.

Então fica aqui o nosso apelo no sentido de que sejam fortalecidas as comunidades terapêuticas no Estado de Santa Catarina, que desempenham um papel relevante.

Somente para vocês saberem, o Juninho é recuperado de uma comunidade terapêutica, O Bom Samaritano, de Florianópolis, e trabalha comigo aqui (*palmas*). Tem gente que não acredita na relevância da comunidade terapêutica, mas só quem já teve um parente, um amigo, um irmão recuperado de lá é que vai entender o quanto ela é importante. Então, fica aqui o nosso apelo.

Muito obrigado e parabéns por esta importante audiência.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (José Motta Pires Filho) – Obrigado, Deputado.

Na sequência, convidamos para a sua manifestação o excelentíssimo senhor Deputado Estadual da Assembleia de Santa Catarina, Alex Brasil.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL ALEX BRASIL – Inicialmente quero cumprimentar os nobres Deputados, em especial o Matheus Cadorin pela realização desta audiência que é de suma importância para o nosso Estado de Santa Catarina. Cumprimento também o Prefeito Adriano, de Joinville, a Prefeita Juliana, de Balneário Camboriú, e em nome deles os demais Prefeitos que possam estar presentes.



Quero iniciar minha fala dizendo que serei breve, porque muita gente já falou aqui, mas eu também não poderia deixar de estar presente, ainda mais sendo de Florianópolis, uma região que vem sofrendo muito com essa situação. E aproveito para parabenizar mais uma vez a Prefeita de Balneário Camboriú por suas ações no Município, que hoje são motivo também de viralização, servindo como exemplo para as demais cidades; e o nosso Prefeito Egídio, que também tem feito um excelente trabalho em Blumenau.

Nós percebemos que temos o bônus de morar no Estado mais seguro do Brasil, que é Santa Catarina; temos o bônus de ter muitas vezes Santa Catarina listado como o Estado com as melhores cidades para se viver no Brasil. Por outro lado, muitas vezes temos o ônus de ver pessoas chegando aqui com o sonho de viver em nossas cidades, mas vindo sem a estrutura necessária, acabando por morar na rua, desamparadas, e essa é uma preocupação cada vez mais latente no nosso Estado e nas nossas principais cidades, principalmente as litorâneas.

Eu percebo claramente que existem, às vezes por parte de outros Estados, ações coordenadas para se livrarem dos seus problemas e mandam para nós, de Santa Catarina, principalmente para os grandes centros. Hoje percebemos que o centro de Florianópolis, que é a minha realidade mais presente, se tornou uma região hostil; as pessoas sentem medo de circular pelas áreas centrais, principalmente à noite, coisa que até então não se tinha notícia por aqui.

Pensando nisso, propusemos uma frente em apoio à reurbanização dos grandes centros comerciais, principalmente nesse primeiro momento, focando na Grande Florianópolis, por entendermos que até mesmo o comerciante fecha a sua loja sem saber se no próximo dia ela terá sido invadida, sem saber se a sua loja terá sofrido algum ataque. Por conta disso as pessoas acabam deixando de investir no Município, deixando de investir nos grandes centros. O nosso centro, que é histórico, que deveria ser realmente preservado e frequentado pela população, acaba sendo uma região onde o pessoal não quer mais estar.

Então, diante disso eu quero aqui colocar o nosso gabinete 111 à disposição de todos esses entes que estão participando ativamente, para que possamos construir um futuro melhor para o Estado de Santa Catarina. Como eu falei, já somos considerados um dos melhores Estados para se viver, porém temos que lidar agora com essa nova realidade, mas eu tenho certeza de que contaremos com a união de todos, principalmente os Prefeitos e o nosso Governador, que está sempre muito preocupado com essa situação, representado aqui pelo nosso Secretário da Casa Civil, o nosso ex-Deputado Kennedy.

Quero também ressaltar uma preocupação que é latente, porque os problemas estão nos Municípios, que é onde vivemos, onde moramos, e também nos Estados, muito longe de Brasília e muito longe do STF, que infelizmente acaba, muitas vezes, intervindo e fazendo com que as nossas ações municipais e do governo estadual sejam brecadas, sejam interrompidas, porque eles, lá dos seus gabinetes, tão distantes do problema, pensam diferente dos nossos gestores. Quem foi eleito para legislar fomos nós, Deputados, quem foi eleito para executar no Poder Executivo foi o Governador do Estado, são os Prefeitos dos nossos Municípios, nenhum Ministro do STF foi eleito para governar absolutamente nada, eles deveriam fazer o papel deles, que é fazer a interpretação da Constituição, que muitas vezes pecam nisso também. Eu, por ser advogado, falo com propriedade sobre isso.

Mas, enfim, estamos aqui fazendo uma reunião que eu considero muito gratificante pela quantidade de pessoas presentes num dia de semana, num horário em que, muitas vezes, é difícil para as pessoas estarem aqui. E eu fico feliz porque eu tenho certeza de que o Estado de Santa Catarina vai prosperar em relação a isso e continuaremos trilhando o caminho da liberdade e da prosperidade, que é o que defendemos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (José Motta Pires Filho) – Senhoras e senhores, convidamos agora o excelentíssimo senhor Deputado Estadual Matheus Cadorin para dar sequência aos trabalhos desta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Matheus Cadorin) – Obrigado.

Após as falas da mesa e dos Deputados presentes, nós iniciamos aqui a fala dos inscritos. Como combinado na nossa fala inicial, estamos colocando os primeiros inscritos de cada bloco, depois os inscritos do segundo bloco e assim por diante.

Com a palavra a excelentíssima senhora Prefeita de Balneário Camboriú, Juliana Pavan, pelo tempo de até sete minutos.

A SRA. PREFEITA JULIANA PAVAN (Balneário Camboriú/SC) – Bom dia a todas as pessoas aqui presentes. Cumprimento o proponente deste momento tão importante, o Deputado Matheus Cadorin, e assim cumprimento todas as autoridades aqui presentes.

De certa forma, este é um momento extremamente importante para todo o Estado de Santa Catarina. Nos últimos anos o Estado de Santa Catarina tem presenciado um aumento significativo e preocupante de pessoas em situação de rua. E todo esse desafio, que todos os Municípios enfrentam dia a dia, envolve não somente os Prefeitos, mas o Legislativo. Por isso que eu agradeço a presença dos Vereadores de Balneário Camboriú aqui, para que numa somatória de esforços, sim, se unam para combater essa situação que infelizmente vem crescendo.

Eu sei que quando se fala uma palavra como “combate”, esta pode se tornar um pouco agressiva, até porque nós estamos falando de pessoas e falar de pessoas é falar de vidas.

Em Balneário Camboriú nós instalamos este ano, no início do nosso governo, o Programa Resgate a Vida BC. Que, sim, é um programa através do qual nós estamos diariamente resgatando vidas que estão pelas ruas de Balneário Camboriú. A nossa cidade não é diferente das demais, mas nós, infelizmente, enfrentamos casos que vêm aumentando em função de ser uma cidade-corredor e de ser um destino muito conhecido, mas, felizmente, estamos fazendo um trabalho significativo. [*Transcrição e Leitura: Eduardo Delvalhas dos Santos*]

Hoje nós temos aqui presente o nosso Secretário da Assistência Social, senhor Omar, o nosso diretor da Abordagem Social, o Amarildo, toda a nossa equipe que vem desenvolvendo esse trabalho em Balneário Camboriú, como também representantes das outras Secretarias, pois acredito, enquanto gestora pública, que esse trabalho precisa, sim, de uma somatória de esforços.

Eu acompanhei a fala dos que me antecederam sobre a importância de unir a Secretaria da Saúde, a Secretaria da Assistência Social e a Secretaria da Segurança para realmente irmos a campo saber quais pessoas nós estamos encontrando. Hoje nós precisamos parar, senhoras e senhores, e separar o joio do trigo, [pois] ninguém está na rua porque quer.

Nós precisamos garantir dignidade, que é o que já está previsto na Constituição, no artigo 1º, inciso III. Precisamos, sim, garantir dignidade às pessoas. Porém, muitas dessas pessoas – aliás, grande parte, senhor Deputado – não querem ajuda, e é aqui que encontramos a limitação para estender a mão.

Lá em Balneário Camboriú fui amplamente aplaudida, mas também criticada. As nossas ações não são para trazer visibilidade, aplausos, isso e aquilo. As ações que nós estamos fazendo em Balneário Camboriú são para mostrar que na nossa terra, sim, tem ordem pública e que na nossa cidade não estamos de mãos atadas, muito menos de braços cruzados. Porém, as limitações insistem em permanecer no território nacional.

Acredito que é extremamente propositivo o encontro desta manhã, porque ninguém está vindo aqui na frente levantar bandeiras partidárias. Pelo contrário, nós estamos falando de vidas e eu, como mãe, como Prefeita e como cidadã, preocupo-me com as pessoas que nós estamos encontrando pelas ruas. Eu acompanho o trabalho da



abordagem social junto, inclusive com o próprio Conselho Tutelar, pois nós não sabemos quem vamos encontrar pelas ruas, e os casos que nós encontramos, por diversas vezes, aceitam ajuda, mas, infelizmente, 24 horas depois já estão pelas ruas de novo.

Eu estava conversando com o nosso Secretário da Assistência Social, Família e Mulher, da Secretaria que nós temos em Balneário Camboriú, sobre a importância que foi fortalecer o Suas a partir de 2025. Nós temos, sim, um histórico em Balneário Camboriú, e que acaba [nos] limitando com o próprio Poder Judiciário, de situações [graves] que aconteceram em governos anteriores. Mas nós estamos dispostos a atuar de forma humanizada, entretanto, também não permitindo que essas pessoas continuem ali sem dignidade nenhuma.

Eu não sou dona da cidade e muito menos dona das ruas. Só que enquanto gestora pública, preciso garantir a ordem pública em Balneário Camboriú. Mas de nada adianta somente nós fazermos a nossa parte, o Estado e o País precisam fazer a sua parte, pois hoje nós temos casos de pessoas que recebem passagens para retornar para os seus lares – e eu vou dar um exemplo. Recente nós recebemos uma mulher em Balneário Camboriú que veio do Rio Grande do Sul. Ela foi para Caxias do Sul, pediu a passagem para ir para São Paulo e, pasmem, encaminharam ela para onde? Balneário Camboriú! Ora, Balneário Camboriú, minha gente, é uma cidade como qualquer outra. Agora, por que encaminhar para lá?

Nós precisamos incentivar e motivar a sociedade a se dar conta de que, muitas vezes, a culpa também é da sociedade que acaba alimentando com esmola. Eu sei que o nosso povo abraça, acolhe, tem um sentimento humanizado, só que quanto mais esmolos nós damos para as pessoas em situação de rua, mais nós estaremos, muitas vezes, alimentando pessoas que querem, sim, ajuda.

E como eu falei no início, senhoras e senhores, precisamos, sim, separar o joio do trigo, porque ali nós encontramos pessoas que são dependentes químicas, pessoas que estão extremamente vulneráveis à falta de dignidade que nós encontramos pelas ruas, pessoas que estão com problemas psicológicos, pessoas que querem retornar para os seus lares e, muitas vezes, mulheres que foram vítimas de violência e que não têm para onde ir. O trabalho que nós estamos desenvolvendo em Balneário Camboriú, senhoras e senhores, é firme e forte, para dizer que, sim, lá nós temos dignidade, encaminhamos para o emprego, mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Matheus Cadorin) – Mais trinta segundos para concluir, Prefeita.

A SRA. PREFEITA JULIANA PAVAN (Balneário Camboriú/SC) – Lá nós temos um trabalho completo, com Casa de Passagem, fortalecemos o trabalho do Suas, damos o encaminhamento para o mercado de trabalho, temos o trabalho da abordagem social em conjunto com a Saúde e com a Segurança, só que, muitas vezes, as limitações acontecem. Mas cruzar os braços não é o meu jeito, e por isso participo nesta manhã a fim de que possamos dar o encaminhamento e atender de fato essa situação, que infelizmente vem crescendo em todo o Brasil nos últimos anos.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Matheus Cadorin) – Com a palavra o senhor Coronel da Polícia Militar e Comandante do 1º CRPM de Florianópolis, Dante da Costa Chierighini.

O SR. CORONEL PM DANTE DA COSTA CHIERIGHINI – Bom dia a todos. Deputado, quero parabenizá-lo por este evento.

Na Polícia Militar, em todas as nossas unidades, diariamente as pessoas batem nas nossas portas reclamando por segurança, e toda essa discussão alguma hora acaba focando também nesse problema das pessoas em situação de rua.

O que nós percebemos é que esse problema das pessoas em situação de rua acaba, sim, gerando vários problemas de segurança pública no Município, é inegável isso. As pessoas percebem, e como foi falado agora pelos que me antecederam, as



pessoas muitas vezes têm medo de andar na rua, de ir para o trabalho e voltar, não é? Às vezes nós somos procurados pelo comércio, enfim, para buscar câmeras e soluções tecnológicas, mas tudo isso por conta da insegurança, principalmente no centro da cidade.

O que me deixa feliz é que antigamente esse era um problema de segurança pública e se terceirizava esse problema para a Polícia Militar, principalmente. Depois, o tempo foi passando e se verificou que isso não era somente problema da Polícia, também era um problema do Município. E, aí, o Município assumiu essa responsabilidade, mas também percebeu que sozinho não conseguia resolver o problema. E hoje nós estamos aqui, não é?

Nós já temos ações do Estado, que está assumindo a sua responsabilidade com o tema e entrando nesse processo para poder dar os devidos encaminhamentos. E nós precisamos de praticidade, nós precisamos de encaminhamentos. E por que eu digo encaminhamento? Porque a pessoa que comete pequenos delitos precisa do devido encaminhamento para que seja efetivamente punido pelos crimes que cometeu. Quando nós analisamos o pequeno delito individualmente, o furto de um fio ou o furto de uma tubulação de ar-condicionado, consideramos pequeno, mas se somarmos esses pequenos delitos no território, isso gera uma insegurança gigantesca no Município onde as pessoas trabalham.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Matheus Cadorin) – Trinta segundos para concluir, Coronel.

O SR. CORONEL PM DANTE DA COSTA CHIERIGHINI – Então, falando de encaminhamento, voltado para as pessoas, e também de comum acordo com tudo isso que já foi falado aqui, uma pessoa que precisa de um tratamento psicológico precisa desse atendimento, desse encaminhamento. A pessoa que precisa ser tratada da drogadição, também precisa desse encaminhamento, porque aí nós criamos as portas de saída. Ela entra no sistema, se trata e aí, sim, talvez comecemos a colher bons resultados, mas nós não podemos...

(Discurso interrompido por término do horário estabelecido. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Matheus Cadorin) – Com a palavra o senhor representante do Movimento Nacional da População em Situação de Rua, Daniel Paz dos Santos.

O SR. DANIEL PAZ DOS SANTOS – Bom dia a todos e todas.

Nossa, sinceramente eu não tenho nem palavras para manifestar o que eu escutei hoje pela manhã. Quando ouvi falar em audiência pública, eu pensei que a gente viria aqui para falar sobre política pública, não para ser criminalizado.

Eu morei dez anos na rua, sou alcoólatra. Hoje represento o Movimento Nacional da População em Situação de Rua e [faço parte] de três conselhos: o Conselho de Segurança Alimentar Nacional, o MDS e o Conselho Nacional de Saúde. Lá dentro a gente leva essas discussões que saíram hoje aqui bem a sério, principalmente na área de segurança alimentar, onde hoje estou mais atuante no Conselho, procurando alternativas para a gente tirar a fome do mapa de Santa Catarina, principalmente para a população em situação de rua, com sugestões como as cozinhas comunitárias, os Restaurantes Populares e os bancos de alimentos dentro do nosso Estado, que hoje não tem vazão suficiente para a alimentação da população em situação de rua, principalmente na Capital.

Teve alguém que falou sobre Restaurante Popular. A gente tem um Restaurante Popular porque lutamos durante dez anos dentro do Conselho Estadual de Segurança Alimentar para ter um Restaurante Popular na Capital. Cada Município com duzentas mil pessoas tem direito a um Restaurante Popular. A gente tem seiscentas mil pessoas na Capital e a gente só tem um Restaurante Popular, que está fechado agora. As pessoas estão se alimentando? Não, não estão se alimentando, porque a metade das pessoas que vai se alimentar na Passarela Nego Quirido não tem comida. E aí a gente tem que comer das lixeiras, como falaram. Os coitadinhos vão comer das lixeiras,



porque a gente não tem uma política de segurança alimentar no nosso Estado que fale sobre alimentação.

Quando se fala em segurança alimentar, se fala na política intersetorial, que é a saúde, a assistência, a educação e a moradia. A gente não tem nada disso. Aliás, fora isso, a gente tem o que a gente escutou aqui hoje, de todos que falaram: a criminalização que sofre a população em situação de rua.

Eu sou bêbado, eu não sou drogado, fui para a rua porque a minha mulher não queria mais dentro de casa um bêbado. E muitas pessoas hoje vão para a rua até pelo próprio preconceito de sua família, porque é homossexual, porque está envolvido com droga.

Fazenda terapêutica? Meu Deus do céu, imagina ficar nove meses, dez meses, dentro de uma fazenda terapêutica! Tiraram o sujeito lá da Praça da Alfândega e levaram para uma fazenda terapêutica e ele ficou dez meses lá. Gordinho e rosadinho, largaram ele onde? Onde largaram ele? Na rua. Não tem uma política intersetorial. O moço sair da fazenda terapêutica e ir para dentro de uma casa, ir para um trabalho, não se fala nisso, mas se fala em internar. Internar para quê? Para viver num círculo vicioso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Matheus Cadorin) – Mais trinta segundos para concluir, senhor Daniel.

O SR. DANIEL PAZ DOS SANTOS – Centro POP, Casa de Acolhimento, rua, fazenda terapêutica, e assim vai se dando o círculo vicioso e o mau investimento do recurso público, porque a gente não tem uma política que nos garanta que depois de sair da fazenda terapêutica, eu possa retomar minha vida e ser um cidadão. Porque nós somos cidadãos que moramos na rua, ninguém está na rua porque quer (*palmas*), nós estamos na rua hoje, infelizmente, por omissão das políticas públicas. Não se fala sobre política pública, se fala sobre criminalização e marginalização das pessoas que vivem em situação de rua, com suas famílias, pois o cara está trabalhando para ganhar R\$ 1.500,00 por mês, não consegue pagar o aluguel, porque se paga o aluguel, não consegue dar comida para os seus filhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Matheus Cadorin) – Senhor Daniel, o seu tempo está estourado. Concedo mais trinta segundos para concluir, por favor.

O SR. DANIEL PAZ DOS SANTOS – Nossas mulheres esperam nove meses para ganhar um neném e quando vão para a maternidade, eles sequestram seus filhos. Elas não têm o direito nem de dar a primeira mamada, porque somos rotulados. Somos todos drogados, putas, ladrões e vagabundos. A desmistificação tem que acabar e a criminalização tem que acabar para conseguirmos fazer uma política pública que funcione de verdade, humanizada e efetivada.

Obrigado. (*Palmas*.) [*Transcrição: Clovis Pires da Silva / Leitura: Rafael José de Souza*]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Matheus Cadorin) – Com a palavra o senhor auditor fiscal de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado, Rafael Scherb.

O SR. RAFAEL SCHERB - Boa tarde a todos e a todas.

Primeiro, gostaria de agradecer o convite do Deputado Matheus Cadorin. É uma satisfação para o Tribunal de Contas estar aqui falando um pouco do nosso trabalho, que também temos discutido em nossa instituição.

Primeiramente, só para ressaltar, quero dizer que no ano passado o Tribunal realizou uma auditoria operacional para avaliar as políticas públicas estaduais e municipais de atendimento à população em situação de rua. O relatório, além de trazer alguns pontos que existem aqui no Estado, também buscou, de fato, recomendar medidas que resultassem em melhorias efetivas para esse grupo populacional.

Nestes dois minutos restantes que tenho, quero deixar claro, primeiramente, que qualquer abordagem que se faça em relação a este tema precisa transcender a assistência social. É necessário levar em conta não apenas a saúde, que foi debatido



aqui, mas a habitação, a segurança pública e também a educação. Esse é um ponto crucial para entendermos a real necessidade desse tema. De fato, o que vai resolver essa questão é uma articulação entre todas as Secretarias e todos os entes.

Entrando propriamente no trabalho, conseguimos dividir em alguns achados o que essa auditoria operacional apontou. O primeiro achado é a baixa adesão à política nacional para a população em situação de rua e o reduzido número de comitês intersetoriais, que são amplamente mencionados no Decreto 7.053, de 2009.

O segundo achado, e muito importante, é a ausência de dados para subsidiar a elaboração e a execução de políticas públicas voltadas para essa população em situação de rua. E aqui o grande cerne desse achado é entender a necessidade da realização de um diagnóstico. A doutora Ana Paula está aqui e pode falar melhor do que qualquer um sobre a necessidade de ter, de fato, um diagnóstico para compreender quais são as demandas desse grupo populacional.

O terceiro achado que a auditoria apontou foi a insuficiência na oferta de serviços, programas e benefícios no âmbito do Suas. Aqui a grande chave para entender esse achado é reconhecer o protagonismo que o Centro POP deve ter na política de uma maneira geral.

Por fim, o último achado foi a insuficiência de serviços e programas no âmbito do SUS. Se pudéssemos resumir esse ponto em uma frase, seria a necessidade de dar maior protagonismo ao Consultório na Rua, com equipes atuando em diversos Municípios.

Por último, apenas para reforçar, o relatório está em audiência e o Tribunal está esperando as respostas para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Matheus Cadorin) – Concedemos mais trinta segundos para concluir.

O SR. RAFAEL SCHERB - Só para finalizar.

Por fim, o relatório está em audiência. Nós estamos esperando as devidas considerações e justificativas dos responsáveis acerca das sugestões e recomendações que foram postas pelos servidores do Tribunal de Contas.

Estamos sempre a par das discussões e à disposição para contribuir com a melhoria das políticas públicas.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Matheus Cadorin) – Obrigado.

Com a palavra a excelentíssima senhora Prefeita, em exercício, de Florianópolis, Maryanne Terezinha Mattos.

A SRA. PREFEITA, EM EXERCÍCIO, MARYANNE TEREZINHA MATTOS (Florianópolis/SC) – Bom dia, Deputado, e parabéns pela proposição.

Coronel Graff e todos aqui presentes, Deputados Estaduais, autoridades, área da segurança pública, Prefeita, estou muito feliz hoje, porque como manezinha de Florianópolis, nascida aqui, é uma honra estar hoje como Prefeita da cidade.

Sou da segurança pública há 21 anos atuando na Guarda Municipal, faço parte da primeira turma e estou aqui com o comando da Guarda Municipal, o Comandante Andrey, e desde aquela época vimos tratando deste tema de pessoas em situação de rua.

No governo da Dilma tivemos o Programa Crack, é Possível Vencer – não sei se alguém lembra desse programa – e atuamos nele, sendo que Florianópolis foi a única cidade do Brasil onde a Segurança Pública, por meio da Guarda Municipal, aplicou o questionário às pessoas que declaravam ser viciadas em *crack*. Isso se deu pela nossa forma de abordagem e pelos dados que já tínhamos à disposição.

E todo esse movimento nunca parou, porque nunca deixará de existir pessoa em situação de rua. É bíblico, não é? Sempre haverá o andarilho. Mas não podemos deixar que isso vire o que está virando: o “direito” de morar na rua. Para mim isso não é um direito que quero para a minha filha. Isso não é um direito.! É um absurdo pensar que



alguém vai dormir numa calçada, comer ali, fazer suas necessidades fisiológicas na rua, na praça, isso é um absurdo!

Enquanto Segurança Pública, nós tentamos dialogar o tempo todo, porque quando nada funciona, o problema estoura na Segurança Pública. Quando tudo já está errado, vira um problema de Segurança Pública, aí chama a Polícia, a Guarda Municipal, chama todo mundo para retirar aquela pessoa que está incomodando, que está dormindo na frente da loja ou que está em surto. E qual é o encaminhamento?

Eu fico muito feliz em ver aqui o Força-Tarefa DOA... Quem faz parte do Força-Tarefa DOA? Eu peço que se levantem.

(Alguns participantes da plenária se levantam.)

Esse é um trabalho que vem sendo feito em Florianópolis, Prefeita (*dirige-se à Prefeita de Balneário Camboriú*), há mais de dez anos (*palmas*), integrado entre Segurança Pública, Polícia Militar, Guarda Municipal, Polícia Civil – está aqui o [Wanderley] Redondo, obrigada, colegas –, Consegs, Assistência Social e Saúde, que sempre pedimos e sempre foi o maior problema deles entenderem que esse trabalho tem que ser integrado. Aqui ninguém está tirando as pessoas à força porque quer a higienização da cidade. Eu falo assim, cara, eu gosto de higiene, eu não gosto de dormir num ambiente sujo. A casa de vocês, como é a cama que vocês dormem? Eu tenho que querer a mesma coisa para qualquer pessoa. Eu quero essa higiene para todas as pessoas. Agora, eu querer isso para alguém não significa que eu estou dizendo que pessoas são sujeiras. Elas não são. Eu não quero que a pessoa viva num ambiente sujo, viva num ambiente hostil, viva num ambiente em que pegue doença fácil – eu já resgatei meninas aqui, mulheres de 20 anos que estavam na Praça XV dormindo em cima da marmita que ganharam, no vômito que fizeram...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Matheus Cadorin) – Mais trinta segundos para concluir, Prefeita.

A SRA. PREFEITA EM EXERCÍCIO MARYANNE TEREZINHA MATTOS (Florianópolis/SC) – Então essa é a realidade das ruas.

E hoje eu fico feliz, porque desde que assumi nós retomamos o Força-Tarefa DOA. Além disso, estou convidando os Prefeitos para uma reunião na qual poderemos colocar tudo o que já deu certo e o que deu errado, sabe, Prefeita (*dirige-se à Prefeita de Balneário Camboriú*)? E nesse trabalho integrado, o Governador Jorginho Mello veio com a força do Estado e disse: eu quero ajudar, o que os Municípios precisam? Nós precisamos desse diagnóstico, precisamos conhecer a verdade sobre o que acontece nas ruas, saber quem são essas pessoas, o que elas realmente precisam.

Eu acabei me atrasando para chegar aqui porque nós pegamos em flagrante, há pouco, uma pessoa em situação de rua furtando fio em um condomínio aqui no centro. Conseguimos recuperar...

(Discurso interrompido por término do horário estabelecido. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Matheus Cadorin) – Com a palavra o Prefeito de Itapiranga, Alexandre Gomes Ribas, representante da Fecam.

O SR. PREFEITO ALEXANDRE GOMES RIBAS (Itapiranga/SC) – Olá, bom dia ou boa tarde a todos. Não vou citar as autoridades aqui para não me estender.

Hoje estou representando a Fecam, em nome do nosso presidente e também Prefeito de Florianópolis, Prefeito Topazio, com muita honra.

Nós somos lá do extremo-oeste catarinense e vemos que realmente Santa Catarina, como foi falado aqui, é um Estado privilegiado. No entanto, nós temos realidades muito diferentes entre os Municípios, porque nós temos Municípios de diferentes tamanhos, e normalmente essa questão do morador de rua acontece em Municípios com um maior número de pessoas e com uma maior densidade demográfica.

A Fecam tem sido parceira do Estado e de todos os Municípios. Agradecemos aqui o nosso Governador Jorginho Mello, que tem tido uma sensibilidade muito grande



em relação a tudo isso, indo aos Municípios, às Associações para entender realmente a realidade.

Temos quatro pilares muito importantes em relação a isso. Os problemas existem para serem resolvidos e nós temos que buscar [a solução]. A Fecam é parceira na construção de políticas públicas eficazes para que possamos realmente resolver esse problema. Não podemos jogar isso para a segurança, nem para um lado, nem para o outro. Dos quatro pilares mais importantes, o mais importante, que foi pouco falado aqui, é o da assistência social. Este é o grande pilar para que realmente nós consigamos fazer um diagnóstico do que está acontecendo.

Nós sabemos que existem moradores de rua por causa do alcoolismo, por drogas e por falta de habitação, mas nós temos que resolver o problema. Então, o primeiro e o mais importante é o diagnóstico. Segundo, educação. E nós não vamos resolver o problema em um dia, em dois dias, internando ou não internando. Nós estamos enxugando o gelo, como alguém falou aqui. Então, temos que trabalhar para resolver esse problema, e não é em curto prazo, pois em curto prazo é emergencial. Precisamos pensar em médio e longo prazos, senão nós vamos ficar enxugando gelo e o número de pessoas vai aumentando. Educação.

Outro pilar importante é a Segurança Pública. É óbvio, mas não adianta ir lá prender o coitado ou não, que está drogado e que por *n* motivos chegou a isso. Nós temos que prender é o traficante. Isso que é importante. E o outro pilar é a Saúde – o Secretário estava aqui. Então, se nós não tratarmos isso de uma maneira coletiva e implementar políticas públicas, que vão ser diferentes em determinados Municípios...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Matheus Cadorin) – Mais trinta segundos, por favor, para concluir.

O SR. PREFEITO ALEXANDRE GOMES RIBAS (Itapiranga/SC) – ...continuaremos enxugando gelo.

A mensagem aqui é rápida, são três minutos, mas o que eu quero deixar claro é o seguinte: temos que trabalhar com as diferentes estruturas de governo do Estado e dos Municípios; as Secretarias precisam interagir para que possamos, de fato, tratar os problemas emergenciais, mas também pensar a médio e a longo prazos.

Agradeço a oportunidade e muito obrigado a todos. Foi excelente o debate desta audiência pública. Parabéns aos organizadores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Matheus Cadorin) – Obrigado, Prefeito.

Com a palavra a senhora Aline Salles, representando o Coletivo Voz das Manas.

A SRA. ALINE SALLES – Bom, eu queria falar... eu ouvi um Deputado falar que eu tenho que acreditar na Igreja Católica, sendo que o pastor Marcos, da Passarela, é da Igreja Evangélica. Então eu fico meio assim: em quem eu acredito? O pastor Marcos, da Passarela, ele foi... Primeiro ele saiu da Passarela por furtar R\$ 1 milhão, depois R\$ 4 milhões da Mica, do antigo Restaurante Popular. E política pública? Nós não temos uma política pública para mulheres e trans. Não temos! Nós tínhamos quatro vagas na casa de mulheres vítimas de violência destinadas a mulheres da rua, e não temos mais. E a Passarela Nego Quirido é o fundo da assistência social, ela não é uma política pública.

Agora, você vai na Casa Rosa e lá tem trinta pessoas aposentadas que estão lá faz tempo, e na Passarela está um depósito de idosos. Nem a população de rua está muito ali, tem mais idosos acamados. [*Transcrição: Vera Regina Zacca / Leitura: Djonathan Costa / Leitura Final: Ilka Maria Fretta*]

Daí não sei o que aquele Bruno Souza vem contar! Para mim não conta! Eu sou cria de política pública. No Estado em que eu morava antes foi feita uma casa de acolhimento de mulheres e trans, mas ele não faz! Ele vai socando na Passarela. Tudo! Nem o pessoal da Passarela sabe onde enfiar tantas pessoas! A culpa nem é deles! A culpa é dos grandões que querem socar tudo na Passarela. E a única política pública... quando o Topazio assinou a política referente à população de rua, ele recebeu verba do



governo federal, mas fechou o Restaurante Popular. E a Passarela não dá, porque você vai naquele centro-dia e vê um monte de sala de curso com um monte de gente dormindo. Gente, o que é isso? Eu falo que ele é mais louco do que os moradores de rua drogados. Como que ele tem coragem de falar uma coisa dessa, se não...

(Discurso interrompido por término do horário estabelecido. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Matheus Cadorin) – Obrigado.

Com a palavra a senhora Ludmilla Malta, responsável pela Saúde da População de Rua do Estado, da Secretaria de Estado da Saúde. *(Pausa.)*

Na ausência, convidamos a fazer uso da palavra a senhora Defensora Pública do Estado, Ana Paula Fischer.

A SRA. DEFENSORA ANA PAULA FISCHER – Boa tarde a todos e a todas. Eu inicialmente quero parabenizar esta Casa pela realização desse diálogo, porque só com a composição de ideias diferentes é que nós conseguiremos enfrentar essa situação.

Nós estamos lidando com uma população heterogênea que precisa ser tratada de acordo com as respostas necessárias aos diferentes grupos que se apresentam. Isso porque a forma generalizada [de tratamento] que muitas vezes foi posta aqui preocupa, porque não se vai alcançar nenhum tipo de solução efetiva. Por conta disso, não só assistência social, saúde e segurança pública – como se falou aqui –, mas também políticas de habitação, trabalho e renda precisam dialogar e andar juntas nessa caminhada. E para [alcançar] isso, precisaria existir o Ciamp-Rua, que é o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, no Estado para criar e guiar essas políticas, porque hoje temos esse espaço, esse vazio, essa omissão estatal. Nesse lugar haveria uma discussão qualificada de ideias e a criação de um plano estadual periódico para atender a nossa realidade aqui em Santa Catarina, o que também não há neste momento. E esse plano deve surgir justamente de um diagnóstico qualificado dessa população e não de um simples cadastro com nome e CPF que não nos trará nenhum tipo de resposta, um diagnóstico para saber por que essas pessoas estão nessa situação.

Através do projeto Defensoria com a Rua, em que a Defensoria realiza o atendimento itinerante dessa população, nós verificamos alguns obstáculos na superação da situação de rua como, por exemplo, a precarização do Suas. Muito se falou que as pessoas não querem, mas não se falou que as pessoas não conseguem acessar os serviços, não existe atendimento suficiente no Centro POP, não existe atendimento suficiente nos CRAS e Creas. Esses serviços não dão conta da população em geral, tampouco dão conta da peculiaridade e da especialidade dessa pauta. Além disso, o maior número de pessoas que procuram a Defensoria é em virtude da dificuldade de acesso à documentação básica. Hoje os Municípios demoram cerca de seis meses para conceder uma certidão de nascimento, e como essas pessoas vão obter serviços se não possuem sequer a sua documentação?

Precisamos também falar em saúde, porque muito se falou do abuso de álcool e droga, mas não se falou que não temos nenhuma unidade de acolhimento de saúde em Santa Catarina, que são residências temporárias para acolher justamente pessoas em situação de vulnerabilidade, para fazer o acompanhamento dessas pessoas e dar moradia a elas durante o tratamento. E tampouco se falou em habitação, apesar de termos programas que têm dado certo no mundo inteiro, a exemplo do Programa Housing First, que tem trazido soluções eficientes e menos custosas para o erário. Também não se falou sobre emprego e renda, assunto sobre o qual se poderia avançar aqui no Legislativo com fomento tanto ao Poder Público quanto aos empregadores para incentivar a contratação dessa população, porque na nossa experiência na Defensoria Pública essa população quer, sim, trabalhar. Inclusive em muitos atendimentos essa população é encaminhada para a Assistência Social, justamente por estar à procura de serviços que estão a cargo de outras Secretarias e que o Poder Público não tem dado conta.



Por último, registro uma preocupação da Defensoria: todos os dias nós temos nas nossas portas famílias com crianças e adolescentes em situação de rua, permanecendo nas ruas por conta da negativa de acesso a serviços. Isso é inadmissível, é uma situação muito grave, e temos que pensar o que queremos para as nossas crianças e para essa população.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Matheus Cadorin) – Com a palavra o Vereador Diego Machado, Presidente da Câmara de Vereadores de Joinville.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOINVILLE/SC (Vereador Diego Machado) – Bom dia a todos e a todas. Quero cumprimentar e parabenizar o Deputado Matheus Cadorin pela iniciativa, cumprimentar toda a comunidade que está aqui, as autoridades, os Prefeitos, e de forma muito especial quero cumprimentar a comitiva de Joinville que está aqui, não só os Vereadores, [mas também] os Secretários e os representantes da comunidade que vieram da maior cidade do Estado.

Nós estamos vivendo um problema sério na cidade de Joinville em relação aos moradores em situação de rua. Sabemos que o debate é estadual, que o problema é estadual, mas nós, Vereadores – e estamos aqui representados por onze dos dezenove [Vereadores de Joinville] –, que inclusive transferimos a nossa sessão ordinária para amanhã para que pudéssemos participar deste momento, estamos todos os dias sentindo na pele o quanto a população está sofrendo.

Sim, precisamos investir em políticas públicas de assistência social, de prevenção e de saúde, precisamos trabalhar várias Secretarias de forma integrada, mas nós também precisamos, neste momento, pensar nas pessoas que não estão conseguindo sair de casa não por conta da sensação de insegurança, mas por conta da insegurança. Isso porque nós estamos vendo uma parcela de moradores em situação de rua – e nós poderíamos abordar aqui várias situações, vários temas, mas como eu tenho apenas um minuto e trinta restante de fala, eu preferi focar nisso – que, por vários motivos, são agressivos, pedem esmola e quando a população não dá, coagem o cidadão. [Precisamos pensar nas] pessoas que não estão conseguindo sair de casa em determinados horários, que não estão conseguindo ir à praça com seus filhos por conta da insegurança e por conta da violência que essas pessoas em situação de rua estão provocando. E isso tudo não é da nossa cabeça! São números, são fatos, são Boletins de Ocorrências, são vídeos que nós recebemos todos os dias em relação ao assunto.

Nós precisamos tratar dessa situação, sim, e de forma emergencial como segurança pública, sim! Precisamos de várias Secretarias integradas para prevenção? Sim! Mas nós precisamos de segurança pública, precisamos fortalecer a Guarda Municipal, precisamos fortalecer principalmente a Polícia Militar, precisamos trabalhar na flexibilização da legislação para que a polícia tenha mais autonomia para agir. Joinville precisa de mais segurança! Nós temos 600 policiais militares para uma população de mais de 650 mil habitantes. Nós temos casos em que 1 viatura e 2 policiais militares são responsáveis por quase 100 mil habitantes. Então nós precisamos fortalecer a nossa segurança pública para que ela possa enfrentar as situações emergenciais, porque as pessoas estão presas dentro de casa.

Eu venho aqui como um representante não só da cidade de Joinville, mas como um representante dos Vereadores dos Municípios de Santa Catarina. Nós precisamos fortalecer a segurança pública nos Municípios para que ela faça esse enfrentamento em situações emergenciais. Isso é emergencial! Política pública, planejamento de assistência social de saúde, isso é a médio prazo que nós vamos resolver. Agora, segurança, polícia, Guarda Municipal para proteger a grande parcela da população, as famílias que hoje estão coagidas e presas dentro de casa, com medo de sair de casa, isso é emergencial.

Obrigado. (Palmas.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Matheus Cadorin) – Vamos ao próximo bloco de manifestantes. Com a palavra o senhor Secretário Municipal de Assistência Social de Florianópolis, Bruno Souza. *(Pausa.)*

(Participantes não identificados manifestam-se fora do microfone: “Cadê o Bruninho? Cadê o Bruno? Meteu o pé!”)

Na ausência, com a palavra o senhor representante da Pastoral Povo da Rua, José Eduardo de Oliveira.

O SR. JOSÉ EDUARDO DE OLIVEIRA – Boa tarde a todos. Gostaria de cumprimentar o Deputado pela iniciativa de chamar esta audiência pública sobre um tema tão relevante. Infelizmente quem deveria estar aqui para ouvir os protagonistas, que são as pessoas em situação de rua, já pegaram a sua equipe e foram embora.

Santa Catarina, hoje, tem 11.763 pessoas dormindo sob as marquises, número indicado no CadÚnico, porém sabemos que há uma defasagem [no número]. Dessas pessoas, 44% estão em situação de rua por quebra de vínculo familiar, e até agora só ouvimos falarem aqui de segurança, segurança, segurança, segurança... Não teve ninguém aqui falando de habitação, de emprego e renda, da Secretaria de Esporte ou da Educação, o Secretário da Saúde esteve aqui e saiu correndo, não sei por quê... Então, o que se precisa aqui no Estado urgentemente, e vou ser objetivo até pelo tempo, é se criar o Ciamp-Rua Estadual, pois só assim vamos conseguir criar políticas públicas estruturantes para as pessoas em situação de rua. Só que, para isso, os protagonistas principais não têm que ter três minutos, têm que ter o mesmo tempo de fala de todos os demais. Isso é direito! No momento em que se cria uma política pública para falar de população de rua, já é retirado o nosso direito de fala! Teve pessoa que veio aqui e falou por sete minutos, não falou nada com nada, só incitou mais a violência e fez isso aqui de palanque político. Isso é um absurdo!

Os Municípios também podem criar o seu Ciamp-Rua, porque é dentro do Ciamp que se trata política pública estruturante e não o assistencialismo, porque o que vivemos hoje é assistencialismo. Vivemos uma onda de violência gigante, a chamada sociedade civil está sendo incitada contra a população de rua, porque é só segurança, segurança, segurança... Não vemos uma abordagem social realmente humanizada em Santa Catarina.

Como o Deputado Sargento Lima pontuou muito bem, existe um gargalo gigante e enquanto não diminuirmos esse gargalo, vamos continuar enxugando gelo. Vai passar mais um ano e terão que chamar uma audiência pública novamente para falar sobre a população de rua. E a violência lá! E a gente apanhando, a gente apanhando e a gente apanhando.

A Pastoral Povo da Rua desenvolve, no Estado, um programa com acompanhamento chamado Moradia Primeiro. De 2018 até 2024 nós emancipamos 128 pessoas que viviam sob a marquise. O [cidadão em situação de rua] com menos tempo de rua que foi acolhido por esse programa estava há cinco anos na rua, era aquela pessoa que você passa e fala: esse vai morrer na sarjeta. Porém, hoje essa pessoa tem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Matheus Cadorin) – Mais trinta segundos para concluir.

O SR. JOSÉ EDUARDO DE OLIVEIRA – Ela tem o seu trabalho, ela já se emancipou, e isso sem um centavo de dinheiro público! Sem um centavo! Isso é mantido pela sociedade civil com doações mensais: R\$ 5,00, R\$ 1,00, R\$ 10,00, R\$ 20,00. Só no ano de 2024 foram 43 pessoas – para vocês pode parecer pouco – que viviam sob as marquises que se emanciparam. Sabem quanto custou para a Pastoral essas 43 pessoas? Custo de R\$ 64 mil. Uma emenda parlamentar já ajudaria muito. Se cada Deputado desta Casa destinasse...

(Discurso interrompido por término do horário estabelecido. Palmas.)
[Transcrição: Nicole da Silva / Leitura: Siomara G. Videira]



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Matheus Cadorin) – Com a palavra o senhor Jairo Lima Machado Júnior, presidente da Associação de Moradores do Carianos (Amocar).

O SR. JAIRO LIMA MACHADO JÚNIOR – Boa tarde, pessoal. Quero agradecer a Deus pela oportunidade, agradecer o convite do Deputado Jair Miotto e agradecer também à comunidade do Carianos, que estou aqui representando.

Muitos já trouxeram aqui essa situação, esse grande problema, que é mundial. Penso que a trinca: assistência social, saúde e segurança têm que andar sempre junta, não tem como não existirem esses três fatores dentro desse grande problema social. Mas eu só vou trazer um alerta com relação a essa questão. O que estamos vivendo lá no sul da Ilha, no bairro Carianos? Com o advento do equipamento de saúde, que eu acredito que foi importante, que é o Hospital Municipal de Florianópolis, nós recebemos um impacto violento nessa área, nesse sentido. É um bairro residencial, tranquilo, e a comunidade vêm percebendo [um aumento] nesses números, principalmente com o atendimento CAPS 24 horas, que também é um setor importante na área da saúde pública municipal, nós estamos percebendo muitos reflexos nesse sentido.

Então, não querendo culpar a situação de uma pessoa que está buscando comida ou moradia, cada um tem o seu problema pessoal, às vezes a família largou aquele ente ou, realmente, ele está entregue às drogas e também tem aquele que está na criminalidade e está nessa situação, eu vejo que essa trinca é importantíssima. E precisamos realmente de ajuda dos entes responsáveis nesse sentido, porque em nossas reuniões da associação temos percebido esse apelo da comunidade.

Hoje eu estou aqui com esta camisa, porque estamos com um projeto com os Consegs lá do sul da Ilha, para trazer mais segurança nessa área da criminalidade. No sul da Ilha, com um número de habitantes acima de 120 mil pessoas, não existe um Quartel da Polícia Militar de Santa Catarina. O Secretário Graff é sensível a essa causa e já conversamos sobre o assunto, é uma região que tem carência na área de Segurança Pública, hoje conta com uma Companhia bem precária, em um local alugado, com poucas viaturas e poucos soldados para prestar atendimento. Então eu gostaria de fazer um alerta e trazer essa questão. E como coloquei anteriormente, reforço que essa trinca é importante: saúde, segurança e assistência social.

Nas comunidades terapêuticas nós temos um exemplo, a Igreja Assembleia de Deus, com O Bom Samaritano, que é um projeto social lindo, fantástico, ajuda bastante as pessoas nessa área. Se pudéssemos divulgar e espalhar seria muito legal e interessante para a sociedade como um todo.

Obrigado a todos, que Deus nos abençoe. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Matheus Cadorin) – Obrigado.

Com a palavra a senhora representante do Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social de Santa Catarina (Coegemas), Fabiana Ramos de Cruz Cardoso.

A SRA. FABIANA RAMOS DE CRUZ CARDOSO – Bom dia a todos. Bom dia, Deputado Matheus Cadorin, e demais presentes. Parabéns pela iniciativa, esse é um debate superimportante.

Eu represento aqui o Colegiado Estadual de Santa Catarina dos Gestores da Assistência Social. Sou servidora pública há 20 anos no Município de Joinville e também gestora dessa pasta. E é com muita preocupação que vemos essa pauta e, sim, temos discutido nas nossas reuniões mensais, principalmente no que se refere à política pública e o investimento nela. E o que mais me preocupa ainda e nós temos debatido muito, é a confusão que se faz a respeito do que é uma política pública de assistência social, sobre a qual nós sofremos auditorias. O Edelvan, do Tribunal de Contas, esteve lá nos visitando, o Ministério Público, a Defensoria Pública, e nós temos obrigações e trabalhos a serem realizados. As pessoas confundem isso por não entenderem a legislação e por politicagem ou não, ou por pirotecnia nas redes sociais,



para ganhar voto ou não, estão atrapalhando o nosso serviço. A política pública de assistência social trabalha na proteção social.

Inclusive, aproveito essa oportunidade para pedir investimento do governo do Estado e do governo federal, porque sem investimento não tem como garantir a proteção social e como trabalhar no fortalecimento do vínculo e na proteção, para que não aconteça a ida dessas pessoas para a situação de rua. Como já foi dito por várias pessoas aqui, o rompimento do vínculo, se não formos nós a trabalhar o fortalecimento do vínculo, a trabalhar com as comunidades, com as políticas intersetoriais, nós também não vamos lá recolher ninguém. Não é o nosso trabalho, gente, a assistência social não recolhe ninguém.

A assistência social trabalha a política pública de proteção social, de fomento e desenvolvimento de política pública de acesso ao trabalho. Temos dificuldades? Temos, porque, de fato, hoje nós temos um problema gravíssimo de saúde mental, por inúmeras situações. Nós temos família e temos dificuldades, temos problemas, mas temos uma rede, nos ajudamos e nos apoiamos. E quem não tem? Quem vai parar na rua?

Então, é isso, gente, o trabalho da assistência social é esse. E vou dizer que é o mais fácil, porque nós que estamos lá quando a pessoa quer, a Gabriela é a diretora aqui no Estado, nós temos discutido isso veementemente nos nossos conselhos, nos nossos colegiados. É uma decisão fácil? Não é. É uma política fácil de executar? Também não é. Então eu quero aqui parabenizar todos os gestores e técnicos da área da assistência social que estão aqui. Levantem, por favor. Inclusive eu sentia falta da Assistência Social de Santa Catarina. *(Palmas.)*

É um trabalho incansável. Nós nos colocamos em risco todos os dias e vou dizer para vocês, sem arma na mão e contando com o nosso trabalho, pelo justo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Matheus Cadorin) – Mais trinta segundos para concluir.

A SRA. FABIANA RAMOS DE CRUZ CARDOSO – Então, precisamos de investimento! Não podemos continuar, a cada mudança de gestão no governo do Estado, brigando pelo que é necessário. Este ano tivemos um pouquinho mais, foram R\$ 61 milhões para o Estado todo, R\$ 61 milhões divididos entre 295 Municípios para tocar. Vou dar o exemplo de Joinville: foram investidos R\$ 107 milhões, se somarmos [recursos] do governo do Estado e do governo federal, foram R\$ 4 milhões – R\$ 103 milhões, Fonte 100. É impossível trabalhar dessa forma. Temos uma rede completa, mas falta equipamento, falta gente, falta ampliação. Conversamos ontem na Fecam que precisamos de CRAS, precisamos de Creas e...

(Discurso interrompido por término do horário estabelecido. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Matheus Cadorin) – Com a palavra o senhor Alexandre Silveira de Souza, Vereador de Palhoça. *(Pausa.)*

Na ausência, com a palavra a senhora Defensora Pública, Mariana Carvalho dos Santos Macêdo.

A SRA. DEFENSORA MARIANA CARVALHO DOS SANTOS MACÊDO – Bom dia a todas e a todos. Eu sou Defensora Pública há mais de dez anos atuando na área da infância e juventude e agora estou também como coordenadora de um núcleo que trata disso.

Eu quero externar a minha preocupação e indignação porque muito se falou das pessoas, mas existe um recorte, que é um grupo de pessoas: as famílias, compostas por pais, mães – solo ou não – com seus filhos, as crianças e os adolescentes. Há pouco a colega Ana Paula, em sua fala, antecedeu a nossa preocupação. Casos têm sido reiterados no Estado de famílias que procuram a Defensoria Pública devido a essa ausência das assistências da rede de atendimento e proteção. Nós percebemos uma exposição à violência dessas crianças e desses adolescentes que se encontram vulnerabilizados, marginalizados, sem qualquer tipo de assistência: moradia e alimentação.



Então, esses sujeitos de direitos, que estão garantidos na nossa Constituição e no Estatuto da Criança e do Adolescente, estão sofrendo essa desassistência. Esses ordenamentos que eu citei trazem como prioridade absoluta a necessidade de uma proteção integral do Estado e da sociedade. E nós, enquanto ente – Defensoria Pública – do sistema de garantia de direitos dessas crianças e desses adolescentes, não temos percebido. Então, estamos notando uma omissão.

Encerro a minha fala, bem breve, trazendo a nossa preocupação em relação a esses grupos que estão em situação de rua não porque querem, são famílias que estão em situações momentâneas de desemprego, de agravamento de pobreza, por questões pessoais, familiares, que se encontram vulnerabilizadas. O nosso enfoque aqui é na manutenção e no fortalecimento, na imprescindibilidade dessa rede de proteção assistencial para essas famílias.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Matheus Cadorin) – Com a palavra o senhor Vereador e Presidente da Comissão Especial das Pessoas em Situação de Rua de Joinville, Pastor Ascendino Batista Oliveira.

O SR. VEREADOR PASTOR ASCENDINO BATISTA OLIVEIRA (Joinville/SC) – Quero aqui cumprimentar o Deputado Estadual Matheus Cadorin e, cumprimentando-o, cumprimento todas as autoridades aqui presentes. Eu sou Vereador em Joinville, como citado, e Presidente da Comissão Especial de Pessoas em Situação de Rua. Fazem parte dessa Comissão comigo o Vereador Adilson Girardi, que está aqui, e os Vereadores Neto Petters, Mateus Batista e Instrutor Lucas.

(Passa a ler.)

“Senhores, não é novidade que Joinville enfrenta grandes desafios relacionados à população em situação de rua. Como Presidente da Comissão Especial compartilho algumas constatações e propostas emergentes de nossos estudos e debates.

Há tempos recebemos relatos de que cidades vizinhas têm transferido pessoas em situação de rua, custeando, inclusive, as passagens para que esses indivíduos se desloquem até Joinville. Informações provenientes da empresa responsável pelo serviço de abordagem social e da equipe do Centro POP indicam que Prefeituras, CRAS e assistentes sociais de outros Municípios estão arcando com esses custos. Entretanto, enviar essa população de um Município para outro não resolve a situação.

Nesse sentido, defendemos a criação de uma lei estadual que penalize cidades que transfiram sua população em situação de rua para outros Municípios.

Também observamos a necessidade de aprimorar o controle sobre as passagens de ônibus. Muitas vezes as Prefeituras custeiam as passagens para que essas pessoas retornem à sua cidade de origem, favorecendo o convívio familiar. Contudo, atualmente não há um sistema de identificação para essas viagens. Propomos, portanto, que essas passagens sejam devidamente identificadas, permitindo ao governo do Estado um monitoramento e um controle mais eficazes da situação, garantindo que essas pessoas cheguem ao destino final conforme a passagem e a sua identificação.

Além disso, protocolamos recentemente um projeto de lei complementar que propõe alterações na legislação que define a atuação da Guarda Municipal de Joinville. O nosso objetivo é ampliar as competências da Guarda permitindo que a corporação monitore a população em situação de rua, identifique indivíduos que possam representar riscos à sociedade, contribua para a prevenção e o combate à criminalidade e integre informações que subsidiem ações e estratégias de segurança.

Para concluir, deixo aqui uma reflexão: enquanto uma família precisa atender diversos requisitos para ter acesso ao benefício do Bolsa Família, podendo perdê-lo por um pequeno descumprimento, uma pessoa em situação de rua, sem a devida fiscalização, recebe mensalmente R\$ 600,00 sem critérios rigorosos. Qual o objetivo dessa medida? Estaríamos, então, incentivando a permanência na rua...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Matheus Cadorin) – Mais trinta segundos para concluir, Vereador.

O SR. VEREADOR PASTOR ASCENDINO BATISTA OLIVEIRA (Joinville/SC) – *(Continua lendo.)*

“Ou até mesmo alimentando comportamentos prejudiciais. Esse benefício não pode ser ofertado de maneira desordenada e sem prazos definidos. Se houver necessidade do Bolsa-Família, que isso esteja vinculado a um programa de reabilitação ou ressocialização.”

Deixo aqui uma sugestão para a Alesc: criar aqui uma comissão especial e investir em publicidade para conscientizar a população a não dar esmolas nas ruas.

Obrigado. *(Palmas.)* [Transcrição: Mirley Costa / Leitura: Marivânia Pizzi]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Matheus Cadorin) – Com a palavra a senhora diretora de Assistência Social, Gabriella Dornelles, neste ato representando a excelentíssima senhora Secretária de Estado da Assistência Social, Mulher e Família, Adeliara Dal Pont.

A SRA. GABRIELLA DORNELLES – Bom dia a todos. Cumprimentando o Deputado Matheus Cadorin, cumprimento todas as autoridades presentes. Não vou me estender.

Lamento que eu tenha conseguido chegar aqui só ao final, já com a plenária esvaziada, para falar em nome da minha Secretária da Assistência Social e justificar a sua ausência.

No dia de hoje, infelizmente, o filho da nossa Secretária Adjunta, que era jovem, faleceu de forma trágica. Estamos todos consternados com essa situação, mas, ainda assim, a Adeliara me ligou pedindo para que eu estivesse aqui, que não faltasse de nenhuma forma, para falar sobre essa pauta tão importante. Acho necessário esclarecer que não houve uma falta da Secretária, pelo contrário, houve um esforço dela em estar aqui para conversar a respeito dessa temática.

O que me deixa mais contente neste espaço, ao estar aqui representando o governo do Estado, primeiro é que isso vem do Governador, que puxa essa discussão, [reconhecendo] a sua importância, e conversa com as principais cidades onde está a maioria da população em situação de rua. E, segundo, é ver que fica claro que a discussão da população em situação de rua não é algo exclusivo, e nem pode ser, da Assistência Social. Para que possamos enfrentar e atender a população em situação de rua como ela merece, é necessário que tenhamos as outras políticas públicas trabalhando conosco.

A Assistência Social tem um trabalho, como a Fabiana trouxe e destacou, no fortalecimento de vínculos, olhando para a vulnerabilidade e para a violação de direitos. É esse o nosso trabalho, é isso o que nós vamos fazer e é isso o que o Governador quer que garantamos ao povo catarinense. Ele sempre fala que estamos aqui para cuidar das pessoas. Então, esse é o trabalho da Assistência Social, obviamente que de forma técnica.

A Defensora Pública – infelizmente ela já saiu daqui – citou que não trouxemos a fala sobre o comitê em nenhum momento anterior. Aí é que eu digo que lastimo ter chegado tardiamente a esta audiência, porque a minuta do comitê já está na Casa Civil e já passou por todas as Secretarias. Esse é um passo que o governo também já deu, aliás, somos um dos poucos Estados que vai estabelecer isso.

Falamos sobre segurança alimentar: Santa Catarina foi o primeiro Estado a gastar todo o recurso, foram R\$ 15 milhões entregues ao Estado. Temos discutido internamente, a Fabiana sabe, a dona Ivone sabe, pois participaram das discussões, sobre o Programa Moradia Primeiro. Eu estive em Florianópolis discutindo com os representantes, naquela época ainda, com outros Vereadores que tinham o conhecimento. Então, essa é uma preocupação nossa e vamos avançar nessa discussão.



Aumentamos o cofinanciamento do Estado em R\$ 65 milhões com a intenção de também auxiliar os Municípios. Qual é a ideia do Estado e a nossa responsabilidade? Que criemos diretrizes e auxiliemos os Municípios, porque são eles que vão executar lá na ponta. Então precisamos do quê? Entender a responsabilidade, auxiliar e criar uma política pública de verdade, com recursos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Matheus Cadorin) – Mais trinta segundos para concluir.

A SRA. GABRIELLA DORNELLES – Para que tenhamos efetivamente profissionais que consigam atender essa população e para que consigamos dar a resposta que a sociedade vem clamando.

Então, agradeço a Assembleia Legislativa, porque só vamos conseguir avançar e fazer algo, de fato, por toda a população em situação de rua – independente de nenhuma forma discriminatória e com respeito – se unirmos Executivo, Legislativo e Poder Judiciário. Esse, certamente, é um primeiro passo muito importante.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Matheus Cadorin) – Muito obrigado, senhora Gabriella, e agradeço a explanação do motivo da ausência da Secretária. Sentimos muito e externalize os nossos sentimentos à família.

Com a palavra o Vereador de Florianópolis, Leonel Camasão.

O SR. VEREADOR LEONEL CAMASÃO (Florianópolis/SC) – Bom dia a todas as pessoas aqui presentes – digo bom dia porque ainda não almoçamos, não é? Agradeço a oportunidade de falar e agradeço também ao Deputado por propor esta audiência pública.

Eu gostaria de dizer que na condição de Vereador de Florianópolis propusemos audiência pública no mesmo sentido na Câmara de Vereadores da Capital e ela foi rejeitada pela maioria dos votos dos Vereadores, os quais não querem debater a situação da população de rua na Capital de Santa Catarina.

Existe uma oração cristã que diz assim: “Senhor, daí pão a quem tem fome, e fome de justiça a quem tem pão.” Não me surpreende, Deputado Cadorin, apesar de ser sempre chocante, ver muitas figuras que usam o nome de Jesus Cristo, ou o título de pastor, ou se reivindicam cristãos condenarem pessoas que distribuem alimentos a quem tem fome. Isso é muito chocante.

Fico chocado com Prefeituras, como a de Florianópolis, que gastam recurso público para fazer campanha contra esmola ou que se propõem a multar entidades que vão distribuir alimentos para as pessoas com fome. Fico chocado que esse recurso seja utilizado para isso e não para políticas de assistência social para quem está em situação de rua. Fico chocado em vir aqui hoje assistir tantas falas que se dizem sem ideologia... E esse é o grande perigo, não é, porque aqueles que vêm aqui e falam que não têm ideologia são os mais ideológicos de todos, porque não apresentam dados científicos, não trazem os especialistas. Onde está o curso de Serviço Social da Universidade Federal? Não está! Onde estão os técnicos da área? Não vieram aqui falar ou vieram poucos. Tratam essa situação apenas por um viés policlesco que não vai resolver nada, porque não resolveu em nenhum lugar do mundo.

O Deputado Miotto falou que 41% das pessoas entraram em situação de rua por questão de álcool e drogas; e os outros 59%? E os LGBTs, que foram para a rua porque não foram aceitos pelos seus pais? E as pessoas com deficiência que foram abandonadas pelas suas famílias? E os doentes e os idosos, que também foram abandonados pelas suas famílias, que não são usuários de drogas, não são criminosos? Aliás, há um mito de que a maioria das pessoas em situação de rua é criminosa, mas se fosse, no Restaurante Popular de Florianópolis tinha reconhecimento facial e, se tivesse passagem, estaria presa. E continuam aqui as milhares de pessoas em situação de rua em Florianópolis que não são criminosas.

Fala-se que os comerciantes têm rejeição às pessoas em situação de rua porque fazem necessidades na frente dos seus comércios...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Matheus Cadorin) – Mais trinta segundos para concluir, Vereador.

O SR. VEREADOR LEONEL CAMASÃO (Florianópolis/SC) – A Prefeita de Florianópolis estava aqui: quantos banheiros públicos há em Florianópolis? Zero. Aluguel social em Florianópolis? Zero. Resgate social? Cortado. Restaurante Popular? Fechado. Quanto pior for tratada a população em situação de rua, mais violenta ela estará, porque ela estará mais e mais desesperada. Este não é o caminho, Deputado, não é o caminho! O caminho não é mudar a lei federal, o caminho é cumprir a lei, e os gestores que estão aqui precisam cumprir a lei.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Matheus Cadorin) – Com a palavra o senhor representante do Movimento Nacional de Luta em Defesa da População de Rua, André Schafer.

O SR. ANDRÉ SCHAFFER – Boa tarde.

Fico até sem palavras, porque isso aqui está vazio, sabe? A gente vem para falar sobre política pública, mas a gente só vê ataques.

Eu me chamo Schafer, tenho 20 anos de rua, 48 processos criminais, fiquei 6 anos preso. Faz 13 anos que mudei de vida e não foi pelo Comando da Guarda Municipal, não foi pelos PMS, foi pela política pública. Em nenhum momento a gente fala sobre recursos para o serviço público e para qualificar o servidor. A gente vê comunidade terapêutica pedindo dinheiro, são 22 internações compulsórias aqui e nem por isso tive o processo de transformação. E quem está falando aqui é um cara que esteve no crime durante 20 anos, que esteve na rua durante 20 anos. Vocês estão no caminho errado, não vai ser pela segurança pública! Como vocês querem falar com a POP Rua se vocês não têm vínculo com a população de rua?

Nós, do Movimento POP Rua, somos responsáveis pela primeira turma da EJA POP Rua nesta cidade. Vocês sabiam que 45% das pessoas que fazem montagem de palco neste Município são da população de rua? Vocês sabiam que 30% dos seguranças que estavam no Carnaval eram da população de rua? Então, como é que ousam falar que a população de rua não quer trabalhar?! Eu não vim para a rua porque eu quis. Durante quatro anos eu fui violentado pelo meu tio, eu fui estuprado pelo meu tio, e não tive apoio nenhum do Estado! Mas o meu processo de transformação foi criado por uma rede chamada Afeto, porque o afeto reduz danos.

Fala-se sobre dependência química da população de rua, mas não se fala sobre dependência química de políticos, militares, servidores, Juízes! Não se fala da dependência química do jovem branco milionário! Parece que só os da rua é que usam drogas. Combate-se o cara que usa droga, mas não se fala do combate ao narcotráfico!

Podemos também falar que nós tivemos trinta Prefeitos presos neste Estado e vários Secretários presos. Eu poderia falar que todo Prefeito não vale nada, mas eu não falo isso. Vamos falar sobre política pública ou vamos falar sobre *like*, sobre rede social? Porque o que tivemos aqui hoje foi um grande movimento para tentar derrubar uma legislação federal que diz: não recolha, não force, não tome bens. O que os Prefeitos estão cometendo são crimes, porque a legislação federal fala: não force, mas o Prefeito faz diferente. É crime isso e ninguém...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Matheus Cadorin) – Mais trinta segundos para concluir, senhor André.

O SR. ANDRÉ SCHAFFER – ...porque tem milhões de denúncias das comunidades terapêuticas no Ministério Público, mas ninguém fala nisso. Nós não queremos diretrizes, nós queremos ação direta. Nós queremos falar sobre moradia, porque todos vocês vão comer, mas quatro ou cinco militantes do Movimento POP Rua vão ter que sair atrás [de alimento], porque não tem mais o Restaurante Popular.

Eu trabalho há cinco anos, moro numa casa há cinco anos e daqui a seis horas vou ser despejado, porque não consegui pagar o meu aluguel. E aí?



(O senhor André Schafer continua se manifestando, mesmo tendo seu microfone desligado em função do término do seu tempo.)

Qual é o papel do Estado? Ninguém ajuda, é só balela, porque nós, população de rua, somos produto financeiro para o Estado, não há ninguém que queira tirar esse rótulo de perigosos, de malvados, de usuários de droga, porque esse rótulo traz dinheiro para o Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Matheus Cadorin) – Pela ordem, senhor.

O SR. ANDRÉ SCHAFFER – *(O senhor André Schafer continua se manifestando, mesmo tendo seu microfone desligado em função do término do seu tempo.)*

Então isso aqui para mim é pura balela. Diretrizes? Não temos diretrizes, queremos moradia! Moradia agora, porque daqui a cinco horas vou voltar para a rua, aí vão falar o que para mim? Que eu quis voltar para a rua. Eu trabalho todos os dias, oito horas por dia, e eu não consegui pagar o meu aluguel neste mês!

É sobre isso que nós queremos falar. Quem está falando aqui não é político que deu comida, é um cara que morou na rua vinte anos.

Boa tarde para vocês. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Matheus Cadorin) – Chegamos ao nosso último bloco de inscritos. Com a palavra o senhor presidente da Federação das Comunidades Terapêuticas de Santa Catarina e ex-Deputado da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Vânio de Oliveira.

O SR. VÂNIO DE OLIVEIRA – Senhores e senhoras, o meu boa-tarde.

Eu passei pela Assembleia nos anos 1980 e 1990 e sempre dizíamos: precisa fazer prevenção, senão vamos cair em um problema muito sério. E estamos discutindo esse problema hoje. *[Transcrição: Maria Aparecida Orsi / Leitura: Siomara G. Videira]*

Eu sou presidente da Federação das Comunidades Terapêuticas de Santa Catarina e a nossa diretoria foi convidada pelo Deputado Cadorin, pelo Deputado Miotto e pelo Secretário Coronel Graff para estar aqui. Evidentemente que o público já se foi, mas esses que aqui nos honram vão fazer com que deixemos registrada a nossa posição a respeito.

Em Santa Catarina temos aproximadamente duzentas comunidades terapêuticas, algumas muito bem estruturadas, outras se estruturando e outras necessitando muito de recursos para se reestruturar. Hoje nós atendemos a vinte casas-comunidade, o que representa, no mínimo, quatro mil leitos. E por que o Poder Público não aproveita o teto, o trabalho terapêutico e o resultado de, no mínimo, 30%? Nós não trabalhamos com o acolhimento de moradores de rua, nós trabalhamos com o acolhimento de dependentes químicos que estão em situação de rua.

Eu queria, inclusive, pedir a nossa diretoria que ficasse de pé, por favor – rapidinho, pois o meu tempo aqui é de apenas três minutos e só falta um –, e os que representam as comunidades terapêuticas que ainda estão aqui, por favor, que se apresentem, fiquem de pé.

(Vários participantes ficam de pé.)

Tinha muitos mais, mas eu gostaria de pedir uma salva de palmas para esse povo que trabalha nessa área *(palmas)*. Muito obrigado, que Deus os abençoe.

Deputado Miotto, que agora assumiu a presidência da Comissão Antidrogas, o que nós queremos aqui é oferecer o nosso serviço. As comunidades terapêuticas têm teto e têm o tripé que foi discutido aqui. Primeiro, têm o nosso trabalho social: nós recebemos as pessoas e, de repente, há quinze dias que a pessoa não toma banho, chega com roupa que não dá mais para continuar usando, tem que incinerar. São situações de moradores de rua. Nós recebemos, oferecemos o primeiro banho, damos roupas, damos comida e damos teto. O que é isso? Social.

Segundo: segurança. Nós tiramos da rua, acolhemos e damos um tratamento especial. Estamos dando segurança para a pessoa, para a sociedade e para a família.

Terceiro...



(Manifestação fora do microfone inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Matheus Cadorin) – Peço que a população que queira falar, se inscreva.

Concedo mais trinta segundos para o senhor concluir.

O SR. VÂNIO DE OLIVEIRA – Senhor Presidente desta audiência, nós estamos dizendo aqui que se nós atendemos quatrocentas pessoas em Santa Catarina, nós podemos dobrar se a Assembleia Legislativa nos ajudar, se o Poder Público, se as Prefeituras ajudarem. Nós atendemos às Prefeituras, recebendo as pessoas em situação de rua, mas elas não nos pagam. Então...

(Discurso interrompido por término do horário estabelecido. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Matheus Cadorin) – Com a palavra o senhor Gabriel Amado, representante do Movimento Frente Estadual Drogas e Direitos Humanos.

O SR. GABRIEL AMADO – Olá. Eu sou psicólogo, redutor de danos. Faço parte do Movimento da População de Rua e da Frente Estadual Drogas e Direitos Humanos também.

Hoje, talvez todos aqui tenham almoçado, e quem não almoçou deve estar com a saúde mental afetada, porque quem não se alimenta fica com raiva, não é? É complicado.

Eu também fiz parte da abordagem social do Município, do resgate social. O Município de Florianópolis hoje não tem abordagem social. O resgate social foi excluído, então não tem mais a abordagem social no Município, no Centro POP. Hoje, se nós quisermos que a população em situação de rua seja abordada, talvez tenha o DOA, talvez tenha outro serviço. Para onde está indo esse recurso da abordagem social, tipificada na Constituição brasileira e no Decreto 7.053, de 2009? Veio recurso federal para essa abordagem social, é importante saber.

Nós falamos em políticas de drogas, mas, por exemplo, o Restaurante Popular é uma grande política de drogas. E se nós colocarmos hoje todo mundo dentro de uma comunidade terapêutica, ninguém mora para sempre dentro de uma comunidade terapêutica, em algum momento essas pessoas precisam sair dessa comunidade e quando elas saírem vão voltar para onde? Para os mesmos locais, com políticas defasadas. Se nós perguntarmos para uma pessoa em situação de rua quantas vezes ela já se internou em uma comunidade terapêutica, a resposta será de, no mínimo, dez vezes. Então, quando a pessoa sai da comunidade terapêutica e chega no Município, já defasado, ela retorna à comunidade terapêutica. Esse sujeito vai voltar para a comunidade terapêutica, que vai ganhar mais dinheiro.

Eu aposto no fortalecimento da RAPS, como o Marquito falou, a Rede de Atenção Psicossocial, porque daqui a pouco os donos de comunidades terapêuticas estarão chegando de helicóptero nas audiências públicas de tanto dinheiro que ganham em cima da população de rua, sem nenhuma efetividade, só algumas poucas. Eu acho que é fundamental investir nas comunidades terapêuticas, mas também é fundamental investir na RAPS, na Rede de Atenção Psicossocial.

Durante cinco anos fiz parte do Centro de Convivência e ajudamos a realizar oficinas de redução de danos. Eu acredito numa força-tarefa, mas na força-tarefa que o Tribunal de Justiça fez no ano passado, aqui no Instituto de Educação, unindo todos os serviços, todas as Secretarias, e não apenas olhando a rua com a Segurança Pública e a Assistência Social. Aí é uma força-tarefa que ajuda as pessoas a sair dessa situação. Essa força-tarefa que está aí há oito anos, o DOA, se tornou referência de ineficiência nas políticas públicas hoje, até porque o DOA também não é uma política pública.

Não dá para tratar toda a população de rua como bandido. Eu parablenizo a Polícia Civil e o Gaeco pelo trabalho de prender tantos Prefeitos nas questões do lixo e tantos Secretários, mas não dá para tratar todos vocês e toda...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Matheus Cadorin) – Mais trinta segundos para concluir.



O SR. GABRIEL AMADO – Não dá para tratar toda a Prefeitura como bandida só porque vários Secretários foram presos. Não dá para tratar todos os políticos como bandidos só porque vinte Prefeitos foram presos. Não dá para tratar todos vocês como bandidos. Precisamos olhar todos nós como sujeitos de direitos que somos, e através de uma força-tarefa participativa de toda a sociedade eu acho que vamos conseguir.

Saúde mental, política antidrogas é o acesso a possibilidades de vida. Não é só trancar os sujeitos em manicômios, porque uma hora eles terão que voltar para a sociedade.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Matheus Cadorin) – Com a palavra o senhor presidente da Associação Praça Olívio Amorim (Aproa), Márcio Luiz Heinzen.

O SR. MÁRCIO LUIZ HEINZEN – Boa tarde a todos. Agradeço essa iniciativa do Poder Legislativo de Santa Catarina de tratar de um assunto extremamente importante, que afeta diretamente todas as pessoas que moram em Florianópolis e no Estado de Santa Catarina.

Eu sou presidente da Associação Praça Olívio Amorim (Aproa) e represento os moradores e comerciantes do centro da cidade. Represento aqui o cidadão comum, aquele que trabalha, que paga impostos e sustenta essa política pública com um dinheiro que está sendo jogado nessas situações, que todos reclamam que estão funcionando de maneira errada, mas que na verdade estão sendo acusadas aqui de tantas mentiras.

A população de rua tem acesso ao restaurante ali na Passarela, mas não vai porque não quer, porque tem regras. Então, gente, vamos acordar: investir fortemente dinheiro, ano após ano, em políticas sociais que não levam a nada, porque cada vez aumenta mais o número de pessoas em situação de rua, é porque tem algo errado. O Estado de Santa Catarina não pode aceitar essa migração de pessoas em situação de rua vindas de outras partes do Brasil e até de outros países. Elas atravessam o Brasil inteiro para vir para Florianópolis, porque aqui há recursos. Esse Restaurante Popular, depois que foi aberto no centro da cidade, concentrou um número absurdo de pessoas em situação de rua e também de bandidos em situação de rua vestidos de pessoas em situação de rua.

Nós temos que conviver diretamente com a insegurança, com pessoas nos ameaçando o tempo todo, com pessoas defecando e mijando na frente dos nossos condomínios, na frente dos nossos estabelecimentos. Isso fere a dignidade do cidadão comum.

Então, mais uma vez, agradeço, porque o Estado de Santa Catarina, por meio da sua Assembleia Legislativa, está voltando os seus olhos para nos ajudar. E eu trago essa bandeira, pedindo socorro para as pessoas que moram no centro da cidade, que são trabalhadores e devem ter dignidade. Nós precisamos recuperar essa dignidade aqui em Florianópolis.

Agradeço principalmente à Polícia Militar de Santa Catarina, que é a melhor do Brasil, se não fossem eles nós estaríamos numa situação muito pior. A Guarda Municipal de Florianópolis...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Matheus Cadorin) – Mais trinta segundos para concluir.

O SR. MÁRCIO LUIZ HEINZEN – A Guarda Municipal de Florianópolis também tem nos dado um apoio gigante, mas estamos prisioneiros nos nossos próprios lares, nas nossas próprias casas. Esse pessoal está tomando conta. Cada vez que nós falamos sobre isso, parece que o cidadão de bem, o cidadão comum tem até vergonha de reivindicar os seus direitos: o direito de ir e vir, o direito de conviver, de ter dignidade aqui na cidade de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina. Este é um Estado de trabalho, um Estado de força...

(Discurso interrompido por término do horário estabelecido. Palmas.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Matheus Cadorin) – Com a palavra o senhor Rodrigo Marques, representante do Força-Tarefa DOA. *(Pausa.)*

Na ausência dele, com a palavra o senhor Vereador de Balneário Camboriú, Guilherme Cardoso. *(Pausa.)*

Na ausência e não havendo mais oradores inscritos, passo a palavra ao meu colega Jair Miotto, para o encerramento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JAIR MIOTTO – Senhor Deputado Matheus Cadorin, gostaria apenas de parabenizá-lo e a todos que estiveram presentes nesta audiência. Tenho certeza de que a partir desta audiência teremos muitos subsídios, sugestões e encaminhamentos.

Quero apenas acrescentar, não li na saudação inicial em função do tempo, mas o relatório indica que os principais motivos das pessoas estarem em situação de rua são realmente sistêmicos. Não é algo simples: 35% é em função de álcool e drogas; 29% em função de desemprego; 29% em função de conflitos familiares; 12% em função de problemas de saúde mental; e 8,9% em função de violência doméstica.

Então, a questão é ampla, mas acredito que esta audiência pública seja histórica aqui na Assembleia Legislativa para que possamos, em conjunto com todas as forças, propor alternativas. E os senhores podem ter certeza de que isso não ficará só no debate, só no papel, nós vamos, sim, seguir juntos.

Em conjunto nós fizemos uma audiência democrática e respeitosa. Parabéns a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Matheus Cadorin) – Obrigado, Deputado.

Eu quero, em nome de todos os Deputados Presidentes das Comissões: Deputado Jair Miotto, Deputado Jessé Lopes, Deputado Tiago Zilli e Deputado Neodi Saretta, agradecer ao Secretário Graff, que gentilmente permaneceu aqui para nos fazer companhia, agradecer a todos vocês que permaneceram até agora e a todos que participaram. Realmente foi um momento histórico aqui para esta Casa para, efetivamente, trazermos o debate em nível estadual e não mais com soluções locais, isoladas, independentes. Nós precisamos fazer isso de forma verticalizada.

Aproveito também para agradecer à Casa, a todo o pessoal do Cerimonial, da segurança, aos técnicos de iluminação, ao pessoal que trabalhou na recepção e ao pessoal do som. Muito obrigado a todos.

Acompanhem o andamento das propostas que vão ser retiradas da ata, através do observatório das ações, para todos que se inscreveram receberem essas mensagens.

Muito obrigado a todos e tenham um bom dia.

Nada mais havendo a tratar, damos por encerrada a audiência pública. *(Ata sem revisão dos oradores.)* [Transcrição: Djonathan Costa / Leitura: Clovis Pires da Silva / Leitura Final: Marivânia Pizzi]

**DEPUTADO ESTADUAL MATHEUS CADORIN
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA**